



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 12/IX-4º/2009

- 1 - Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas 21H15, no Auditório do Edifício Sede do Poder Local da Freguesia do Feijó, sitas na Rua da Alembração, no Feijó, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Junho, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adjudicação/Contratualização de um Empréstimo de Oito Milhões de Euros para Investimentos no âmbito do QREN".-----
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração ao Regulamento do Prémio Municipal de Arquitectura Cidade de Almada".-----
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração dos Estatutos da ECALMA - Empresa de Estacionamento e Circulação de Almada - E.M.".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta e dois eleitos na reunião, (faltaram à reunião os Srs. Ruben José de Almeida Martins Raposo e o Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes).-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Maria José Bruno Esteves; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Caetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos; Domingos José Soares de Almeida Lima; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; José Manuel Pereira; José Mário Castelhana Ferreira; Maria



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Manuela Batista C. S. Lopes; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Francisca Luís Baptista Parreira.-----

4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

4.1 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Munícipe Henrique Joaquim Pereira Rodrigues, moradora na Rua Maria Lamas, nº 9 1º Dtº - 2800 Almada.-----

4.1.1 - O Exm.º Senhor Munícipe Henrique Joaquim Pereira Rodrigues:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui por causa do meu descontentamento. Eu sou residente da Cova da Piedade, nascido e criado lá, moro na Rua Maria Lamas e tenho a minha mãe acamada na Rua Armeiro Mor e uma irmã na mesma Rua numa cadeira de rodas. Eu queria saber quais são as hipóteses que eu tenho de não pagar o estacionamento, ou alternativas.-----

4.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Munícipe Jorge Simões, representante da Comissão Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, Arsenal do Alfeite - Alfeite - 2810-001 Almada.-----

4.2.1 - O Exm.º Senhor Munícipe Jorge Simões:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como Destruir uma Empresa Pública -----

Pega-se numa empresa pública que ao longo dos últimos 70 anos construiu 130 navios e embarcações, muitas delas apetrechadas da mais alta tecnologia e únicas no mundo, que não dá prejuízo, pelo contrário, no ano de 2007 apresentou um lucro cerca de €800.000.-----

Impede-se que rejuvenesça o seu quadro de pessoal, através de uma Lei, de 2003, que impede a admissão de novos profissionais que substituam os que se vão aposentando e assim impedir a transmissão dos conhecimentos acumulados ao longo de décadas às novas gerações.-----

Mesmo que essa empresa tenha uma das melhores escolas de formação profissional do país, incluindo um protocolo assinado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, tutelado pelo governo, que seria suposto dar saída profissional para os seus formandos e criar oportunidades de emprego, nas áreas de formação escolhida, para os mais novos que não se adaptaram a uma via de ensino nas escolas.-----

Deixa-se de investir, ao longo de duas décadas, na manutenção das suas infra estruturas básicas, na modernização em novos equipamentos, na adopção de novas metodologias da organização, novas tecnologias industriais.-----

Criam-se dificuldades de autonomia na procura de novos mercados de acção para além do seu cliente preferencial, no sentido de poder ocupar a carga horária excedentária em projectos de construção integralmente desenvolvidos "intra muros" para outros clientes. Invocando uma Lei



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de livre concorrência de mercado que só é seguida em Portugal, para servir interesses corporativos.-----

Impede-se de fazer adequado marketing sobre os seus produtos e serviços, não se lhe permite representar marcas de fabricantes estrangeiros, que seriam mais valias a somar ao seu “Know-how” tecnológico.-----

Manipula-se a opinião pública, de que não faz sentido o Estado gastar dinheiro com determinadas actividades e que as mesmas poderão ser desempenhadas pelo sector privado, só que em determinadas actividades não adianta manipular, como é o caso da manutenção de navios militares, uma vez que o Estado não encontra alternativas no mercado, então a solução é colocar no mercado a empresa do Estado que desenvolve essa actividade.-----

Transforma-se essa empresa em Sociedade Anónima, sem se fazer um estudo de viabilidade económica, tão pouco um estudo que confirme redução de despesas para o erário público, com essa transformação. Apresentando-se em seguida como única solução o endividamento junto da banca privada.-----

Integra-se essa empresa numa holding do Estado, que não sabe muito bem o que fazer com todas as suas capacidades, e sem um estudo de mercado para a sua actividade.-----

Transforma-se de maneira abrupta o relacionamento entre uma empresa que fazia parte dum espírito de missão criado com o cliente, com um objectivo comum, num relacionamento meramente comercial entre cliente/fornecedor, com o objectivo principal do lucro sem olhar à especificidade do cliente.-----

Retira-se da responsabilidade da empresa todas as funções sociais, como a creche, o refeitório, a escola de formação.-----

Cria-se no seio dos trabalhadores um sentimento de responsabilidade e de pressão no dia-a-dia afirmando que a “falta de produtividade é consequência desta acção”, impõem que se deve laborar como se de uma empresa de fabrico em série se tratasse, tipo fábrica de encher chouriços, quando a realidade é completamente diferente, e com este tipo de acção cria-se falta de articulação e desconfiança entre os vários sectores intervenientes na laboração normal e específica.-----

Retira-se regalias negociadas há décadas, entre Administrações e trabalhadores, e põe-se em causa o futuro dos seus postos de trabalho, bem como o futuro funcionamento da empresa.-----

E assim se destrói uma empresa com 70 anos de actividade específica em favor da Marinha, esta foi a estratégia seguida pelos sucessivos governos, ao longo dos últimos vinte anos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente ao Arsenal do Alfeite assistimos neste momento, ao que tudo parece, a uma peça de teatro, trágico/comédia ao melhor estilo de Gil Vicente, tendo como produtor o Governo PS/Sócrates, realizada pelo Ministro da Defesa, e encenada pela Empordef.-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite considera que estamos perante uma farsa, porque o único objectivo deste governo ao extinguir o Arsenal do Alfeite e ao criar a Arsenal do Alfeite SA, integrada na Empordef, visa única e exclusivamente a abertura da construção, reparação e manutenção naval militar a interesses particulares. Interesses escudados numa holding, aproveitando a marca “Arsenal do Alfeite”, prestigiada ao longo de décadas por todos aqueles que deram o seu esforço no cumprimento da missão de servir os mais elevados interesses da Marinha e do País.-----

Marinha que, através do seu comando superior, lhe voltou as costas, quando mais desse apoio necessitava, para a curto prazo, através de empresas de “outsourcing” procurarem o lucro apoderando-se da necessidade de manutenção e reparação dos navios da Marinha, isto caso o Governo continue interessado em manter a Marinha Portuguesa operacional.-----

Para além de precarizarem as futuras relações de trabalho, e poderem assim poupar dinheiro com o objectivo de entregar essas poupanças aos futuros dirigentes e accionistas da nova organização, transformando o Arsenal do Alfeite numa empresa similar à Lisnave onde milhares de trabalhadores laboram com contratos temporários e sem direitos.-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite utiliza esta metáfora do trágico/comédia, porque no nosso entender é trágico que numa altura em que por esse mundo fora, se está a chegar à conclusão que: os países que criaram sociedades que se desindustrializaram para apostar quase em exclusivo na prestação de serviços, são hoje países com muito maior dificuldades de fazerem face à “crise”. Tal como os países em que o Estado se transformou num mero angariador de negócios para os “compadres do dinheiro”, e em que venderam todas as empresas do sector empresarial do Estado, o Governo português aprova a extinção da única empresa no país capaz de efectuar, com os níveis de qualidade exigidos pela Marinha, construção, reparação e manutenção naval militar.-----

Ao arrepio da lógica de manter o Arsenal do Alfeite público ao serviço da Marinha, do País e dos trabalhadores, devidamente modernizado, como aliás acontece em vários países europeus e não só, que mantêm estaleiros deste tipo sob a sua alçada no sentido de manter a soberania nacional.-----

A Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, está mais uma vez presente na Assembleia Municipal em representação dos cerca de 1130 trabalhadores que laboram ainda



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

neste momento no Arsenal do Alfeite, a cerca de dois meses do seu encerramento por decisão política. -----

Vimos mais uma vez denunciar a actuação deste governo dito socialista, que diz defender a preservação do emprego nas empresas do sector privado, mas como responsável da Administração Pública, coloca os seus trabalhadores em situação precária, como é o caso dos cerca de 400 trabalhadores do Arsenal do Alfeite, que neste momento correm o risco de serem colocados no regime de mobilidade especial com cerca de 66,7% do salário base que auferem neste momento.-----

O Ministério da Defesa Nacional através dos seus mais altos responsáveis, o Ministro e o Secretário de Estado mentiram à Comissão de Trabalhadores, porque garantiram que a grande maioria dos trabalhadores que fossem dispensados, seriam os mesmos absorvidos pelo quadro do pessoal civil da Marinha. Porém a realidade é outra, uma vez que existem diferenças salariais entre as vagas disponíveis e os salários dos possíveis candidatos, por outro lado, até ao final do ano, não estão ainda garantidas as verbas necessárias para o pagamento de salários relativos às possíveis vagas que venham a ser ocupadas. Em nossa opinião ficará muito aquém, criando uma situação insustentável aqueles que se vêem na eminência de depois de uma vida dedicada à causa pública irem para casa com uma forte redução do salário.-----

Neste momento os Arsenalistas, a um mês de irem de férias, confrontam-se com a escolha entre a assinatura de um contrato individual de trabalho, com a conseqüente perda do vínculo público a troco ainda não se sabe bem do quê, uma vez que o respectivo contrato recentemente apresentado só faz referências a deveres e nenhuns direitos, e a assinatura do contrato de cedência de interesse público, que elaborado pelo Ministério da Defesa consegue ser ainda mais gravoso, para os direitos dos trabalhadores, que o próprio código do trabalho aprovado por este governo dito socialista que se diz defensor de quem trabalha.-----

E caso para afirmar, como diz a sabedoria popular, “com amigos destes não precisamos de inimigos”, para além de outros atropelos á lei, este contrato tem a particularidade de ser válido por períodos de 30 dias, uma vez que o mesmo pode ser denunciado com uma antecedência de apenas 30 dias por parte da Administração da Arsenal S.A..-----

Por último, não assinando nenhum contrato, o trabalhador é colocado na situação de mobilidade especial com redução salarial. Deixamos aqui um exemplo: neste momento a maior parte de trabalhadores a dispensar pelo governo são operários, com a categoria especializados ou equiparado, com um salário mensal médio de cerca de €844 ilíquidos. Ao ser colocado na mobilidade especial recebe nos dois primeiros meses o salário por inteiro, nos dez meses



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

seguintes passa a receber 5/6 do salário que corresponde a 703€/mês líquidos que com os descontos passa a 566€/mês, mas a partir de um ano só recebe 4/6 do salário ou seja 562€/mês líquidos que os descontos transformam em 453€/mês, pouco mais que o salário mínimo nacional.-----

Com a agravante que será sobre este montante que será calculada a sua pensão de reforma. Fica aqui denunciada a armadilha que este Governo do Partido Socialista, o tal que se intitula de esquerda moderna, preparou para os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, e para os restantes trabalhadores da Administração Pública, sem margem para qualquer dúvida um atentado à dignidade do ser humano que troca a sua força de trabalho por um salário.-----

Com a publicação do Decreto-Lei nº 32/2009 o Governo extingue a maior empresa do concelho de Almada, que ao longo dos últimos 70 anos cumpriu de forma ímpar, através de gerações de Arsenalistas, a missão de construir e reparar os navios para a Marinha de Guerra Portuguesa, sempre com o espírito de missão comum às respectivas guarnições de Marinheiros, superiormente reconhecido pelas sucessivas chefias da Armada Portuguesa, o que muito orgulha todos os que naquela casa deram o seu melhor ao longo de décadas, e que agora é pura e simplesmente desrespeitado por este governo ao tomar tal atitude referente ao Arsenal do Alfeite.-----

Com a publicação do Decreto-Lei nº 33/2009 cria-se a Arsenal do Alfeite Sociedade Anónima, com vista a substituir a actividade do Arsenal do Alfeite. Diga-se, que a criação desta empresa está, a nosso ver, envolta numa grande falta de responsabilidade, uma vez que tem como objectivo a sua integração na Empordef, holding do Estado para as indústrias de defesa. A direcção desta holding tem algumas dificuldades no que diz respeito à defesa das empresas que fazem parte do seu grupo, como foi o caso recente dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e que ao tomar tal atitude, tudo leva a crer que seja uma estratégia para futuramente alienar aquele estaleiro ao interesse privado, tal como o está a fazer no Arsenal do Alfeite.-----

Dizemos isto com a convicção de quem analisou a história dos últimos trinta anos e verificou que de todas as empresas públicas da área de responsabilidade do Estado e que foram entregues a iniciativa privada, nem o Estado nem os utentes e tão-pouco os trabalhadores saíram a ganhar. Pelo contrário, o Estado paga mais por esses serviços, os utentes pagam mais e são pior servidos. Os trabalhadores vivem situações de precariedade, falta de direitos, salários reduzidos e dificuldades para o futuro, foi o que a alternância, dita democrática, entre os dois maiores partidos defensores e hipotecados ao capitalismo, ofereceu a Portugal, às empresas e aos trabalhadores portugueses e que agora se preparam para fazer o mesmo ao Arsenal do Alfeite e aos Arsenalistas.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A estes senhores, deste e dos anteriores governos, tudo lhes é permitido, tal como o exemplo que estamos aqui a aflorar. Transformar uma empresa pública que devia continuar ao serviço do País, da Marinha e dos Trabalhadores, numa Sociedade Anónima, inicialmente de capitais exclusivamente públicos, mas com a intenção de à primeira oportunidade entregá-la nas mãos de privados. Mandando às malvas o interesse público e a soberania nacional, no entanto, se o negócio for prejudicial ao interesse público, como atrás denunciámos, nunca ninguém será chamado a assumir responsabilidades dos actos cometidos e dos danos causados à coisa pública, e, possivelmente, até serão promovidos a altos cargos de direcção de novas empresas do Estado.

Como diz o Prof. Dr. Borges Coelho "A História avança empurrada por todos nós. Se tivermos a sorte de ter em cima uma figura de génio, votada para o serviço do colectivo, então temos, de facto, avanços extraordinários."

Decididamente não foi isso que aconteceu nos últimos trinta anos de governos em Portugal, infelizmente para o Povo Português e agora em particular para o Arsenal do Alfeite e para os Arsenalistas.

Contra todas as adversidades os Arsenalistas, conscientes de ter a razão do seu lado, continuarão a lutar pelos seus direitos e por uma Arsenal do Alfeite público, ao serviço do País, da Marinha e dos Trabalhadores.

Terminamos com um agradecimento fraterno e solidário a todos os representantes do poder local, pela firmeza dos gestos e dos pensamentos, pela presença constante ao nosso lado, por tudo aquilo em que acreditamos caminhando juntos, antigas e novas gerações, pelo que ainda faremos no futuro breve, em prol de uma sociedade mais justa, livre e democrática.

4.3 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Jorge Fernandes - SECUSA, morador Rua do Botequim, nº 35 - Charneca de Caparica - 2820-664.

4.3.1 - O Exm.^o Senhor Município Jorge Fernandes:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pelo novo Hospital do Seixal

A população dos Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, servida pelo Hospital Garcia de Orta (HGO), desde há muito tem vindo a manifestar directamente ou através dos seus representantes, a sua insatisfação pelas dificuldades de acesso aos serviços deste Hospital.

Apesar das obras, a ampliação e melhoramentos efectuadas no serviço de urgência do HGO o mesmo continua a não dar a resposta necessária aos problemas dos utentes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A escassez de camas, macas e outros materiais técnicos, somando a estes as dificuldades sentidas ao nível dos recursos humanos, não podemos deixar de manifestar a nossa indignação.-----

As demoras nas consultas externas continua a agravar o tempo de espera para as diferentes valências.-----

A taxa de ocupação do HGO que é de cerca de 98% - uma das maiores do país - resulta na falta de camas para internamentos, cirurgias, pós-cirurgias ou doença.-----

Como se isso não bastasse, chegou-nos a informação que os blocos operatórios encerram da parte da tarde. E mais: também é do nosso conhecimento que nos meses de Verão (Julho e Agosto) estarão encerrados todo o dia, todos os dias, apenas funcionando para o serviço de urgência.-----

Confidenciou-nos que tem vários utentes para operar, 5 com cancro em estado avançado.-----

Estão a mandar doentes para serem operados em Espanha. A única solução é, portanto os utentes esperarem 6 meses, desde que seja dado como necessário operar e depois dão o cheque para ser operado numa clínica ou hospital privado.-----

Tudo isto - diz o médico - acontece porque não querem pagar aos médicos e aos cirurgiões os respectivos salários para operarem, portanto encerram os blocos operatórios apenas por razões economicistas.-----

Por tudo isto, torna-se cada vez mais urgente a construção do hospital no Seixal e a definição política de qual o modelo e perfil para o referido Hospital.-----

Refira-se que em 2002, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), no documento de trabalho de proposta de Plano Director Regional de Equipamentos de Saúde, aponta a necessidade de construir o "novo hospital na área de Amora/Seixal, para colmatar as insuficiências da capacidade de resposta do Hospital Garcia de Orta", com 312 camas.-----

Em 2006, a Escola de Gestão do Porto, no "Relatório Final de Estudo de Avaliação de prioridades de investimento com o objectivo de apoiar o processo de decisão ao nível político, quanto à sequência estratégica de implementação dos hospitais inseridos na segunda vaga do programa de parcerias para o sector hospitalar", aponta para a Margem Sul do Tejo, a construção de raiz de "um novo hospital com cerca de 150 camas, localizado em terreno a identificar no Concelho do Seixal".-----

De acordo com a aplicação dos critérios utilizados pelo estudo "Avaliação Prospectiva das Necessidades de Cuidados de Saúde da População e uma Análise Macro da Oferta de Cuidados de Saúde na Região de Lisboa e Vale do Tejo", existirá, nos Concelhos de Almada,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Seixal e Sesimbra, um défice de, pelo menos, 333 camas de hospital de agudos, em 2015; sendo de esperar, nos citados Concelhos, uma procura de 249.349 atendimentos, ou seja mais 83.854 do que os verificados em 2007 (165.495).-----

A aplicação destes critérios foi feita sem se terem em conta as responsabilidades do HGO como hospital de referência num largo número de valências para o resto da Península de Setúbal e para o sul do País, considerando uma evolução excelente do desemprego e um crescimento demográfico claramente aquém, daquele para que se apontam os mais recentes números do Instituto Nacional de Estatística, a que corresponderá uma necessidade certamente superior do número de camas de hospital de agudos a criar para servir os Concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.-----

Numa lamentável atitude de incoerência e desonestidade política, e de desrespeito pelas populações e utentes da saúde da Região de Setúbal - e em particular dos Concelhos de Almada, Seixal e de Sesimbra - o PS deu o dito por não dito, e foi para o Parlamento votar contra o mesmo documento que aprovou e subscreveu no Seixal.-----

Não só o PS inviabilizou esta recomendação, rejeitando-a na votação em Plenário, como a renegou e atacou de uma forma verdadeiramente lamentável aquando do debate na Comissão Parlamentar de Saúde.-----

Desta forma, revela que alguns elementos da Comissão Parlamentar das duas uma: ou tem um confrangedor desconhecimento da realidade e das características dos serviços hospitalares ou então está a tentar confundir camas de agudos com cuidados continuados para ocultar as carências do perfil que o Governo actualmente aponta para este Hospital.-----

Posto isto, as Comissões de Utentes continuam a reivindicar que o Hospital no Seixal deve ser: um Hospital Público com um Serviço de Urgências, camas de internamento e consultas externas das várias especialidades, sendo assim adequado às necessidades das populações constituindo-se como uma verdadeira alternativa ao HGO.-----

Pelo Hospital no Seixal, a luta tem que continuar!-----

Vimos assim pedir a esta Assembleia o apoio nesta justa reivindicação das Comissões de Utentes e da população."-----

4.4 – Usaram da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.^a Presidente da Câmara e os Srs. Deputados Municipais António Mendonça Mendes; Luís Filipe Pereira e Luísa Ramos.-----

4.4.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Começava por esta última intervenção dizendo que a CMA, aliás à semelhança de posições que têm sido tomadas na própria Assembleia Municipal, temos acompanhado com todo o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

empenho e com todo o interesse o processo da construção do Novo Hospital do Seixal, nomeadamente com reuniões com a Sr.^a Ministra, reuniões nas quais tenho eu própria participado e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara do Seixal e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Seixal. Aquilo que defendemos é de facto um hospital com internamento, no seguimento da posição, idêntica posição assumida aqui pelo nosso Município o Sr. Jorge da Comissão de Utentes.-----

Relativamente ao Hospital Garcia de Orta, mantemos todo o acompanhamento, agora houve mudança de administração, mas tivemos sobre a problemática do Hospital e estaremos disponíveis para vos acompanhar numa audiência que possa ser solicitada no novo Conselho de Administração para percebermos como é que o assunto está a evoluir.-----

Relativamente aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, acompanhamos, acompanhamos e acompanharemos a vossa luta, estamos solidários convosco. É uma situação que nos preocupa profundamente, num tempo em que tantos problemas os trabalhadores e as populações enfrentam o trabalho com a precariedade e a debilidade que aqui se configura para o próximo futuro é naturalmente preocupante, mas da nossa parte, da Câmara Municipal não deixaremos de vos acompanhar permanentemente em todo o processo que não terminou e naturalmente que terá que continuar na defesa dos interesses dos trabalhadores arsenalistas. E também acompanharemos o processo da Empordef com toda a atenção.-----

Aliás dizer que o Grupo Empordef adquiriu terreno no Maden Parque para construir na área do Maden Parque novas instalações transferindo-se do Lazarim para o Maden Parque e estamos na expectativa de ver iniciar-se a construção dessas novas instalações, portanto acompanharemos com toda a atenção também o processo Empordef e obviamente também tendo em conta as vossas preocupações.-----

Relativamente às preocupações aqui trazidas pelo nosso Município sobre o estacionamento na Cova da Piedade gostaria de lhe sugerir que fizesse, explicitasse o problema que aqui nos apresentou de viva voz à ECALMA, portanto através de um documento que seja entregue na ECALMA de modo a que a sua questão particular possa ser analisada e naturalmente haver sobre ela uma ponderação e a devida decisão à adequada decisão. É o que posso dizer-lhe quanto à questão que aqui nos trouxe."-----

4.4.2 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Gostaria de a questão colocada pelo Município, penso que um Município de Almada, o Sr. Jorge da Comissão de Utentes. Gostaria em primeiro lugar de saudar naturalmente a intervenção que o Sr. quis vir aqui fazer em nome da Comissão de utentes. Deixe-me no entanto registar o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

seguinte, o texto que aqui veio ler é um texto que já era conhecido, pelo menos por mim e por algumas pessoas, porque é a cópia daquilo que é o comunicado do Partido Comunista Português e que vem publicado no Jornal Avante. E por isso quero-lhe dizer que registei essa questão com apreço.-----

Em segundo lugar, gostava de lhe dizer o seguinte, disse bem que a Assembleia Municipal do Seixal aprovou uma deliberação por unanimidade, mas estando nós na Assembleia Municipal de Almada gostava de informar o Sr. Município porque no seu Concelho, no Município, esta Assembleia Municipal e não foi só a bancada do Partido Socialista, não aprovou essa deliberação por unanimidade, aprovou essa deliberação com maioria mas sem os votos de alguns dos Partidos. E gostaria de lhe dar essa informação.-----

Em terceiro lugar quero-lhe dizer o seguinte relativamente ao Partido Socialista e à posição do Partido Socialista. Nós não estamos na política, como aliás julgamos que nenhum Partido está, para tomar posições que sejam contrárias aos interesses das populações, nem os objectivos das políticas quando por ventura possam assentar em qualquer erro, não é certamente para prejudicar as populações. E quero dizer-lhe também que o importante aqui é o primeiro ponto em que todos estamos de acordo. É necessário reforçar os cuidados de saúde no Distrito de Setúbal, em particular com a construção do Hospital do Seixal. E é importante também não explorar aquilo que são as angústias e as necessidades mais básicas das pessoas. Porque construir um hospital não é fazer um edifício com toneladas de betão, porque isso é certamente aquilo que é mais fácil de ser feito. Fazer um hospital é olhar também para o Hospital Garcia de Orta e ver a complementaridade que pode haver entre o Hospital do Seixal e o Hospital Garcia de Orta. E quero dizer-lhe também que o Hospital para o Seixal tem previsto no seu projecto como aliás deverá acontecer e não poderá ignorar, a questão da cirurgia de ambulatório, a telemedicina, os meios complementares de diagnóstico e terapêuticas modernos e que vão complementar e libertar alguma da capacidade do Hospital Garcia de Orta. E mais uma coisa, contrariamente àquilo que foi a ideia errada que também li nesse jornal que há pouco referi, não é verdade que o Hospital do Seixal não vai dispor de uma urgência. O Hospital do Seixal vai dispor de uma urgência como aliás, e se era isso que faltava, a Sr.^a Ministra da Saúde assinou, se não me engano a semana passada um Despacho em que claramente deixa garantido que o Hospital do Seixal terá uma urgência. De certa forma transmiti algumas informações e aqui aquilo que é a posição do Partido Socialista, registar que se a autoria do texto foi da Comissão de Utentes então o plágio é do Partido Comunista, se a autoria do texto é do Partido Comunista então o plágio é da Comissão de Utentes."-----

4.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queria referir só para completar a intervenção do primeiro Munícipe que aqui falou acerca da Rua do Armeiro Mor, por acaso foi uma das Ruas que eu já aqui trouxe, só o pormenor seguinte, a Rua do Armeiro Mor existe uma praceta ao fundo da Rua não há qualquer estacionamento que não seja estacionamento para residentes, e essa situação independentemente de requerimentos de carácter pessoal que possam ser feitos eu fazia um apelo a que aquela Rua fosse monitorizada porque de facto a quantidade de lugares de estacionamento que ali estão e durante o dia existem lugares vagos porque os residentes não estacionam o carro durante todo o dia, devia ser feito um estudo para que as pessoas tivessem alternativa de estacionar e eu até já estou por tudo, nem que seja a pagar, porque neste momento não existe nenhum tipo de alternativa. Essa Rua tem um café, o proprietário do café diz que não consegue suportar, as pessoas são multadas durante a hora do almoço. Eu apelava a que de facto fosse feito um estudo sobre aquela Rua que houve ali qualquer coisa que falhou.-----

A parte principal da minha intervenção prende-se com o Arsenal do Alfeite e queria começar por dizer que me identifico, nos identificamos, nós o Bloco de Esquerda, identificamo-nos com a intervenção aqui feita pelo camarada da Comissão de Trabalhadores. A situação do Arsenal do Alfeite é uma situação gravíssima e o Partido Socialista ficará com o seu nome para todo o sempre marcado à destruição de um Estaleiro que acabou de completar setenta anos de existência. O Partido Socialista ficará para sempre ligado com o fim, com a extinção deste Estaleiro. Fará parte da vossa história terem liquidado um Estaleiro com tradições profissionais e também cívicas neste Concelho que tinham todo o direito a ver a sua transformação ser tida com outra dignidade que não foi feita. O Partido Socialista entregou o Arsenal do Alfeite à Empordef que se constituiu em Conselho de Administração e que neste momento está a apresentar, como foi dito, contratos individuais de trabalho e contratos de procedência de interesse público. Nesses contratos fica escrito que os trabalhadores da Arsenal S.A. poderão vir a desempenhar as suas funções profissionais em qualquer uma das empresas do cliente da Arsenal S.A., isto temporariamente ou definitivamente. O horário de trabalho pode ser alterado unilateralmente. Quem não estiver satisfeito tem trinta dias para rescindir o contrato e ir para a mobilidade ou eventualmente reformar-se, se for o caso. Como fica a ideia de que a qualificação defende o emprego. Se pela mão do Partido Socialista se estão a mandar pessoas qualificadas para a mobilidade como é que fica esta ideia, como é que nós vamos continuar a dizer aos nossos jovens que apostem na formação profissional porque a qualificação defende o emprego. Se eles estão a ter conhecimento de profissionais com trinta anos de profissão que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não são faltosos, porque circulava a ideia que isto é para acabar com os coxos e com os marrecos e com os indisciplinados e os que faltam muito, estão a ser dispensadas pessoas do Arsenal do Alfeite que são válidas, que são bons profissionais. Como é que fica a ideia, como é que vocês defendem sinceramente olhos nos olhos que profissionais qualificados estejam a ser enviados para a mobilidade? Como é que vocês entendem que ainda hoje não se saiba o número com que o Arsenal S.A. vá contar a partir de dia um de Setembro? Como é que nós numa altura destas não sabemos ainda? Falou-se que seria uma redução à volta dos quatrocentos, mas isso ficou por aí, não haverá despedimentos, se isto não são despedimentos, isto é o quê? Ainda não sabemos hoje quais são os critérios que levam à dispensa dos trabalhadores, isto não é grave? Os trabalhadores são chamados à presença de um Chefe de Divisão que lhes diz assim: "Chamei-o para lhe dizer que não contamos consigo." Digam-me lá se isto é uma coisa digna de se fazer? Eu termino dizendo o seguinte; de facto o Partido Socialista no momento que está a atravessar, que está em declínio e que tudo indica que vá perder as próximas eleições, pelo menos eu pela minha parte e nós aqui deste lado tudo faremos para que tal aconteça, porque é que o Partido Socialista não mete a mão na consciência e não deixa este processo, isto pode-vos dar vontade de rir a vocês, mas eu a minha vontade de rir perdeu-se já há algum tempo atrás, nomeadamente a partir de ter tomado conhecimento das intenções que o Partido Socialista tinha para o Arsenal do Alfeite. Enfim, já aqui muita coisa foi dita sobre o Arsenal, hoje e em outras Assembleias a história ficará aí a mostrar quem esteve na génese da sua destruição."-----

4.4.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós assistimos nas últimas Sessões da Assembleia Municipal a uma coisa que não era muito prática nas nossas Assembleias que são os Grupos Municipais responderem aos Municípes. Provavelmente porque estamos em campanha eleitoral, portanto convém marcar aqui as posições dos Partidos, nessa perspectiva a CDU também vai intervir. E vamos dizer que saudamos as lutas desenvolvidas quer com os trabalhadores do Arsenal, quer pelas Comissões de Utentes.-----

E sobre o Hospital do Seixal, o que importa aqui talvez registar é que aquilo que foi alcançado embora ainda insuficiente, foi graças às lutas das populações, dos utentes e do Poder Local. Aliás esta Assembleia Municipal muitas vezes aprovou Moções/Deliberações no sentido de nos juntarmos às populações do Seixal na justa medida em que as urgências e o atendimento nas consultas em várias frentes o Hospital Garcia de Orta já não comporta digamos esta população do Distrito de Setúbal e por isso sempre considerámos que a criação do Hospital do Seixal com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

todas as valências era efectivamente também um benefício para a população do Concelho de Almada e por isso esta Assembleia e o Município no seu conjunto sempre se associou a estas lutas. E portanto, primeiro não havia o Hospital, segundo era uma espécie de Hospital sem urgências e sem internamentos. Este mês por força da luta das populações, dos utentes e do Poder Local Democrático, este mês veio o Despacho curiosamente, este mês veio o Despacho da Ministra para, decidindo a construção com uma urgência básica, continuando a faltar naturalmente o internamento com as reivindicações das populações e dos utentes. Portanto caríssimas Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, a continuação da luta e a alteração da correlação de forças a nível da Assembleia da República podemos crer que vamos ter o novo Hospital do Seixal com toda a dimensão que as populações necessitam, precisam e é justo. E por falar de plágios há uma coisa que o PCP não teme, e a CDU, preferimos ser porta-voz das reivindicações das populações do que dos Srs. do beato e do grande capital."-----

4.5 - Foi encerrado o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

5 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

5.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal André Vieira Pinharanda Delgado, com Ausência nos dias 29 e 30 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 29 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência nos dias 29 de Junho de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----

5.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. André Vieira Pinharanda Delgado, e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS IV e V**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês, e por impedimento do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO VI**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.º Sr. Vasco Manuel Gonçalves Martins, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, e por impedimento dos cidadãos Sr. Jorge da Silva Martins, Sr. Joaquim António Silva Gomes Barbosa, Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, Sr.ª Inês Sofia Sanches Alexandre, Sr. Quitério Reis Pereira e Sr.ª Laura Valadas Davide, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII**).-----

5.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, de Almada, da Costa de Caparica, da Cova da Piedade e do Pragal em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. João Paulo Santos Correia de Oliveira, o Sr. Manuel Boa Ventura de Barros, o Sr. Manuel José Basto Pereira da Fonseca, o Sr. Manuel Carlos Guerra da Cruz e o Sr. José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XIV, XV, XVI, XVII, XVIII**).-----

5.4 – Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais do Registo de Entradas do nº 882/IX-4º ao nº 1146/IX-4º (de 23 de Abril a 26 de Junho); do Registo de Ofícios Enviados do nº 416/IX-4º ao nº 560/IX-4º (de 27 de Abril a 25 de Junho); da Súmula Nº 06/IX-4º/2008-09 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); deu-se nota do resumo de e-mail recebido (de 20/03/2009 a 19/06/2009 = 217) e enviado (de 20/03/2009 a 19/06/2009 = 1052) pela Assembleia Municipal; da Informação da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia N.º 04/08-09 e das Actas N.ºs 07/IX-4º/2009, 08/IX-4º/2009, 09/IX-4º/2009, 10/IX-4º/2009 e 11/IX-4º/2009 e as Minutas das Actas N.ºs 08/IX-4º/2009, 09/IX-4º/2009, 10/IX-4º/2009 e 11/IX-4º/2009, que foram respectivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.-----

5.5 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Apoio e Desenvolvimento das Actividades Económicas (Comércio Tradicional)); Luís Varela Pais (apresentando Moção/Deliberação sobre Comércio de Almada - defender o emprego de proximidade e promover a segurança); Hernâni Magalhães (apresentando Moção/Saudação Pelo 10º aniversário da criação da Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL); Francisco Guerreiro (apresentando Moção/Deliberação sobre Amianto na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto); Bruno Dias (apresentando



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção/Deliberação sobre O Novo Aeroporto de Lisboa e o desenvolvimento regional e nacional); Cristina Coelho (apresentando Moção/Saudação À realização em Almada da Conferência Internacional "Roteiro Local para as Alterações Climáticas: Mobilizar, Planear e Agir"); Helena Oliveira (apresentando Moção/Deliberação sobre Vídeovigilância no MST e Moção/Deliberação sobre A transparência na gestão autárquica e o direito à informação); Maria José Bruno Esteves (apresentando Moção/Deliberação sobre SIADAP); António Mendonça Mendes (apresentando Moção/Deliberação sobre Prioridades do Município de Almada para a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa); Maria Odete Alexandre (apresentando Moção/Deliberação sobre Transferência dominial de bens sob jurisdição portuária para o Município de Almada); Helena Oliveira; António Mendonça Mendes; Luísa Ramos; Domingos Almeida Lima; Luís Varela Pais; Nuno Matias; o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

5.5.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

(Apoio e Desenvolvimento das Actividades Económicas (Comércio Tradicional))-----

Portugal continua a ser afectado por grave crise económica e social, que se reflecte de forma preocupante particularmente na vida dos trabalhadores e suas famílias e na situação económica das micro, pequenas e médias empresas, de que o comércio tradicional é parte importante.-----

Neste contexto o Município e em particular a Câmara Municipal tem vindo a tomar medidas, nomeadamente de apoio às pequenas empresas, como é o caso a título de exemplo da isenção da Derrama abrangendo 3.500 das 5.000 empresas do Concelho e os apoios ao comércio local para diversas iniciativas com subsídios superiores a 500.000 Euros.-----

Ainda no corrente ano e tendo em vista atenuar os problemas com que se debate o tecido empresarial e assente numa Estratégia Municipal Integrada de Desenvolvimento Económico e Social, a Câmara Municipal apresentou várias candidaturas ao Quadro Referência Estratégico Nacional, promovendo a dinamização do Centro da Cidade com a localização de Projectos Âncora.-----

Foram assim já aprovadas as seguintes candidaturas:-----

a) Promoção de Almada Velha e Dinamização do Comércio Tradicional com um investimento de 217.000,00 Euros.-----

Pretende-se qualificar os recursos humanos e promover a empregabilidade, tendo em vista a promoção de novas e tradicionais actividades económicas, reforçar as competências em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

actividades geradoras de empregos mais qualificados e socialmente valorizados no sector do comércio local.-----

- b) A implementação do "Quarteirão das Artes" enquanto espaço para a instalação de actividades económicas, com um investimento de 700.000,00 Euros.-----
- c) O Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimento de suporte à actividade empresarial, com um investimento de 100.000,00 Euros.-----
- d) A instalação da Universidade Sénior de Almada em reconversão da antiga Cooperativa de Almada com um investimento de 1.000.000 Euros.-----
- e) Dinamização dos Estabelecimentos de Comércio e Restauração e Incentivo a Novas Formas de Comércio, através do desenvolvimento de um Roteiro Comercial do Concelho, em formato digital. Projecto que integra um Directório Temático com evolução de situação de prestação de informação sobre os estabelecimentos para o desenvolvimento de uma plataforma de e-commerce de concretização de ferramenta dinâmica ao serviço do comércio local. Tem um investimento de 2.000.000,00 Euros.-----
- f) Este projecto integra um Programa muito mais vasto de Apoio à Dinamização do Comércio em que a Autarquia e a Associação de Comerciantes estão envolvidos, quer na qualificação dos profissionais, quer na promoção de eventos que confirmam visibilidade aos estabelecimentos e seus produtos (Almada Fashion, Animações de Natal, Concurso de Montras, Edição de Roteiro, Concursos Gastronómicos, Animação dos Espaços Públicos), quer ainda pelo desenvolvimento de uma marca que promova o Centro Urbano.-----

Considerando ainda que a Câmara Municipal na Estratégia de Dinamização e Revitalização da Cidade e do Concelho está também a adaptar um espaço na Praça do MFA para instalação da Loja do Múncipe - Balcão Multiusos Municipal - que integrará também a emissão do Cartão do Cidadão através de protocolo com o Instituto dos Registos e Notariado do Ministério da Justiça.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de Junho de 2009, delibera:-----

- 1 - Manifestar apoio e apreço às iniciativas, projectos e medidas da Câmara Municipal de Dinamização e Revitalização do Tecido Empresarial do Concelho e em particular do Comércio Tradicional.-----
- 2 - Manifestar junto do Governo a necessidade de Programas e Medidas Nacionais de Apoio ao Comércio Tradicional.-----
- 3 - Apoiar a Câmara Municipal nas iniciativas para a instalação em Almada da Loja do Cidadão de 2ª Geração, reforçando as propostas que desde 2003 o Município vem apresentando ao Governo."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.5.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO-----

Comércio de Almada — defender o emprego de proximidade e promover a segurança-----

Cientes atempadamente das consequências de um conjunto de decisões erráticas e erradas na gestão da mobilidade e do desenvolvimento económico do nosso concelho, com especial destaque para o pólo comercial localizado no centro de Almada, o PSD apresentou em 28 de Abril de 2008 uma Moção/Proposta em que alertou para as dificuldades criadas pelas mesmas para os pequenos e micro empresários que são o pulmão da economia da nossa cidade.-----

Na data atrás referida, ainda não se agudizavam os fenómenos de crise económica com que o país actualmente se confronta o que demonstrou a oportunidade da discussão de tão relevante tema uma vez que teria democrática e seriamente permitido que um problema real pudesse ser verdadeiramente abordado e que soluções fossem encontradas.-----

A maioria absoluta CDU votou contra.-----

Porque nunca baixamos os braços na defesa dos valores e das propostas sérias em que acreditamos beneficiando única e exclusivamente quem nos elege, o espaço geográfico do nosso concelho e de quem nos visita, o PSD apresentou atempadamente em 2008 nesta Câmara uma proposta de Estudo Estratégico que articulasse com outros Estudos em Curso a criação de uma visão pragmática para o mesmo problema.-----

A maioria absoluta CDU votou contra.-----

À semelhança de outras decisões arrogantes e prepotentes da maioria absoluta que localmente nos governa a CDU vetou liminarmente qualquer decisão avisada que poderia ter permitido mitigar um facto que já é público e explícito: O desenvolvimento económico de Almada nunca foi uma prioridade da CDU.-----

Para a resolução de um problema real as soluções da CDU passam irremediavelmente por um sorteio, uma festa ou uns cartazes que anunciam o nada, um vazio de ideias concretas que visem resolver problemas concretos, reais e que afectam o emprego bem como a segurança que pela diminuição de actividade comercial cria uma predisposição para a desertificação de transeuntes e menor iluminação local.-----

Se mais não fosse, a autoridade moral de quem, como os eleitos do PSD, abordou atempadamente estas graves questões permite-nos hoje sem populismos ou oportunismos dizer nesta câmara que quando existe o voto político e cego com outras motivações que não sejam o exercício da negação de uma solução para um problema concreto das pessoas, quem sofre são as pessoas.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As pessoas escolhem os seus representantes para resolver os seus problemas e não para exercer jogos políticos em que o essencial não está em cima da mesa.-----

Não é o derrotismo que nos move mas sim o acreditarmos que uma cidade só se desenvolve articuladamente quando todos os seus vértices estão em equilíbrio e em equilíbrio sustentável, essa tão cara expressão que motiva e alimenta recorrentemente programas eleitorais e chavões políticos mas que no essencial se perde na negação de soluções concretas para problemas reais.-----

Hoje, os nossos concidadãos e quem nos visita sabe de uma forma explicita que se perdem empregos na nossa micro economia e que existe um vazio de soluções de proximidade nos eleitos que nos governam.-----

Considerando que as políticas desenvolvidas pelo executivo municipal para a promoção e defesa do emprego de proximidade, competência igualmente das autarquias locais, bem como da consequente segurança dos transeuntes falharam em toda a linha e que o desenvolvimento económico local não é uma verdadeira prioridade deste executivo, a Assembleia Municipal reunida em 29 de Junho de 2009 delibera:-----

- Constatar que consequência de desajustadas e inconsequentes políticas de desenvolvimento local o concelho de Almada vive uma agonia económica que tende a afastar a vivência urbana e consequente criação de condições de insegurança;-----
- Constatar que no Centro de Almada a somar ao início da desertificação residencial se soma agora a desertificação comercial;-----
- Apelar pela última vez neste mandato ao executivo da Câmara Municipal e à maioria absoluta que o suporta que crie urgentemente um pacote de medidas que vise defender a livre iniciativa, a criação de emprego de proximidade e a reconciliação dos cidadãos com a sua cidade."-----

5.5.3 - O Sr. Deputado Municipal Hernâni Magalhães:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/SAUDAÇÃO-----

(Pelo 10º aniversário da criação da Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL)-----

No passado mês de Março a Agência Municipal de Energia de Almada - Ageneal, completou dez anos de relevante actividade a favor da eficiência energética e ambiental do Concelho.-----

A criação da Ageneal sob proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal na Reunião Plenária realizada no dia 26 de Fevereiro de 1999 com o objectivo de contribuir para aumentar a eficiência energética, através da utilização e da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conservação de energia e para melhorar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.-----

Foram na altura aprovados os respectivos estatutos da Agência que para cumprirem a missão determinava a promoção e valorização dos recursos endógenos locais, a utilização de soluções e tecnologias adequadas à conservação de energia e de menor impacto ambiental, fomentando a criação de novas actividades económicas e emprego, e assim contribuindo para um desenvolvimento sustentável da região.-----

A Ageneal, Agência Municipal de Energia é uma associação privada sem fins lucrativos que se tem afirmado como uma plataforma de debate de projectos que contribuam para a redução do consumo de energia e das emissões de CO2 em Almada.-----

A Ageneal é presentemente constituída por dezasseis associados nomeadamente a Câmara Municipal, AMARSUL, Agência para a Energia - ADENE, EDP, ENSUL, FERTAGUS, Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, Instituto Português da Qualidade, Parque de Ciência e Tecnologia Almada - Setúbal, MECI, MTS, SETGÁS, SMAS, TREMC, Transtejo e TST.-----

Importa ainda registar que os Membros do Conselho de Administração e dos demais Órgãos Sociais da Ageneal são cidadãos em representação das entidades associadas não recebendo qualquer remuneração da Agência.-----

Dos muitos projectos e parcerias que têm vindo a concretizar podem-se destacar entre muitos outros a "Matriz Energética do Concelho", o "Inventário Municipal da Emissão de Gases com Efeito de Estufa", a "Verificação da Regulamentação Térmica dos Novos Edifícios Licenciados", o "1º Seminário Internacional - Energia e Alterações Climáticas: Estratégias e Políticas Locais" a "Estratégia Local para as Alterações Climáticas no Concelho", a "Caracterização do Parque Escolar Municipal quanto às condições de utilização de energia e a conforto térmico", as "Auditorias Energéticas e Planos de Racionalização de Consumos a Frotas de Transporte" por acreditação pela Direcção Geral de Energia, o "Estudo da factura Energética dos Edifícios Municipais e Parque Escolar", a "Dinamização Anual do Dia Europeu Sem Carros e da Semana Europeia da Mobilidade" já premiadas pela Comissão Europeia" o "Serviço Diário de Info-Energia" aos Municípios de Almada, as Acções de Educação e Sensibilização em Escolas".-----

Importa ainda considerar o contributo dado pela AGENEAL para o sucesso da Conferência Internacional "Roteiro Local para as Alterações Climáticas: Mobilizar, Planear e Agir", realizado em Almada, nos passados dias 28 e 29 de Maio, co-organizado pela Câmara Municipal de Almada, pela Associação de Governos Locais para a Sustentabilidade - ICLEI mandatado pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - UNFCCC, pela



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Faculdade de Ciências e Tecnologia, pela AGENEAL, pela ADENE - Agência para a Energia e o apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 29 de Junho de 2009, saúda os Órgãos Sociais, a Equipa Técnica e os Associados da AGENEAL em reconhecimento pelos seus dez anos de meritória actividade, enaltecendo a acção desenvolvida que muito prestigia o Município de Almada."-----

5.5.4 - O Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

(Amianto na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto)-----

Com base em investigações científicas desenvolvidas, que comprovam que a utilização de amianto e de certos produtos que o contenham pode pôr em perigo a saúde humana, uma vez que a inalação das fibras e poeiras que deles se libertam, pode causar doenças cancerígenas; foi, em 1987, publicado o primeiro diploma em Portugal referente a esta matéria (Decreto-Lei nº 28/87, de 14 de Janeiro), o qual veio limitar a comercialização e a utilização de amianto.-----

Desde então, e face à evolução dos conhecimentos científicos e à confirmação da perigosidade do amianto, tem-se alargado em sucessivos diplomas os limites para a comercialização e utilização de amianto, designadamente a proibição expressa em Portugal, desde 1994, da sua utilização em materiais de construção. Actualmente esta proibição encontra-se inscrita no Decreto-Lei nº 101/2005, de 23 de Junho.-----

Contudo, muitos são os edifícios que, tendo sido construídos anteriormente, continuam hoje em dia a apresentar um risco potencial, pela presença desta substância; risco esse acrescido pelo natural desgaste exercido por força da Natureza, o qual acentua notavelmente a libertação de partículas no ambiente, partículas essas, susceptíveis de ser inaladas por quem, esses locais, utiliza.-----

Com o objectivo de dar uma resposta a esta questão, a Assembleia da República aprovou, em 2003, por unanimidade, uma Resolução (nº 24/2003, de 2 de Abril) a qual previa a realização, no prazo de um ano, de uma inventariação de todos os edifícios públicos nos quais tivesse sido utilizado amianto na sua construção; e a elaboração de um plano de remoção desses materiais.-----

Passados seis anos, essa inventariação continua por realizar, demonstrando a pouca relevância que os sucessivos Governos têm dado a este problema de saúde pública, levando a que fibras e poeiras de amianto possam estar a ser continuamente inaladas por milhares de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

peçoas, com efeitos que todos sabemos bem nefastos, a médio e longo prazo, em termos de saúde pública.-----

Este problema tem merecido uma atenção constante por parte da CDU e do Partido Ecologista "OS VERDES", o qual o tem levantado continuamente no Parlamento; tendo, entretanto, feito aprovar na generalidade, em Dezembro de 2008, um Projecto de Lei que prevê a elaboração de uma listagem nacional de edifícios públicos que contenham amianto e a elaboração de um plano de remoção desta substância cancerígena.-----

Considerando a Moção aprovada por unanimidade em reunião do Concelho Geral transitório da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, em 9 de Março do presente ano; na qual é manifestada a enorme preocupação de todos os elementos desta comunidade escolar, face ao amianto existente na mesma; bem como a sua exigência na célere retirada desta substância, do espaço escolar.-----

Tornando-se, este problema, bem mais preocupante, quando se sabe que a exposição a tais substâncias acontece de forma bastante continuada, afectando não só esta população escolar constituída quer por jovens ainda em desenvolvimento físico, quer por pessoal docente e não docente; como afecta também toda a população que reside e frequenta a envolvente a esta Escola.-----

Não podendo, esta Assembleia Municipal ficar indiferente a esta situação.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 29 de Junho de 2009, delibera:-----

1 - Manifestar a sua inteira solidariedade para com a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, na sua legítima luta pela substituição de todos os materiais que contenham amianto, de forma a minimizar este problema de Saúde Pública.-----

2 - Repudiar firmemente a inoperância, por parte dos sucessivos Ministérios da Educação, face a tão grave problema e exigir a tomada de medidas concretas de rápida resolução do problema."-----

5.5.5 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

(O Novo Aeroporto de Lisboa e o desenvolvimento regional e nacional)-----

Considerando:-----

a que um projecto como o Novo Aeroporto de Lisboa a localizar na Região de Setúbal deve servir, em primeiro lugar, o interesse nacional, devendo ser garantido o carácter público da construção e exploração das infra-estruturas aeroportuárias;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- b que deve ser privilegiada a incorporação de produção nacional em ambas as fases, valorizando a importância e o papel da companhia aérea de bandeira TAP Portugal e da gestora da rede aeroportuária nacional ANA Aeroportos enquanto empresas públicas.-----
- c que o interesse nacional é totalmente compatível com os interesses regionais, sendo necessário articular os investimentos nacionais como o Novo Aeroporto, com os projectos regionais de desenvolvimento, nomeadamente (no que se refere ao incremento do tecido produtivo e criação de emprego com direitos) os Planos Estratégicos dos Municípios e, no caso da Região de Setúbal, o PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, os Planos Directores e Estratégicos e os Planos Regionais de Ordenamento do Território.-----
- d que os serviços associados ao Aeroporto podem e devem servir de factores de dinamização do tecido económico regional;-----
- e a necessidade de garantir que a rede de acessibilidades e transportes do Aeroporto seja concretizada em articulação com as redes locais, regionais e nacionais no quadro dos investimentos a realizar;-----
- f as competências legais dos Municípios que devem ser escrupulosamente assumidas e respeitadas, nomeadamente, em matéria de ordenamento do território;-----
- g que as “medidas preventivas” definidas pelo Governo em relação ao Novo Aeroporto – nomeadamente as aplicáveis à «zona 10 exterior às zonas 1 a 9», entre os quilómetros 18 a 25 – são manifestamente excessivas face ao que visam salvaguardar;-----
- h a necessidade da efectiva participação do Poder Local Democrático e dos agentes regionais de desenvolvimento nos processos de alteração dos PROT, ainda em curso, garantindo um modelo sustentável de desenvolvimento ao nível Metropolitano, da Margem Sul e do Alentejo;-----
- A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 29 de Junho de 2009, delibera:-----
- 1 Apoiar a proposta defendida pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, no sentido da criação de uma Comissão Consultiva de Acompanhamento que permita aos Municípios e aos agentes regionais participar no processo de concretização do projecto do Novo Aeroporto de Lisboa, contribuindo para potenciar as consequências positivas de um investimento desta dimensão, fundamental para a competitividade do País, da Área Metropolitana de Lisboa e da Margem Sul do Tejo;-----
- 2 Apoiar a existência de medidas preventivas, apelando no entanto, por serem desproporcionais, à revisão das “medidas preventivas” definidas pelo Governo,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nomeadamente para a Zona 10, no sentido de garantir que não constituam constrangimentos ao adequado desenvolvimento económico e social da Região envolvente, e assegurando que não se prolonguem para além da aprovação do Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT).-----

3 Pronunciar-se pela extrema importância, para a defesa do interesse nacional e da própria soberania, de que seja garantido o carácter público da construção e exploração das infra-estruturas aeroportuárias, privilegiando-se a incorporação de produção nacional e valorizando a importância e o papel da companhia aérea de bandeira TAP Portugal e da gestora da rede aeroportuária nacional ANA Aeroportos enquanto empresas públicas."-----

5.5.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/SAUDAÇÃO-----

(À realização em Almada da Conferência Internacional "Roteiro Local para as Alterações Climáticas: Mobilizar, Planear e Agir)-----

Considerando que se realizou em Almada, nos passados dias 28 e 29 de Maio, a Conferência Internacional "Roteiro Local para as Alterações Climáticas: Mobilizar, Planear e Agir", co-organizada pelo ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Locais de Ambiente, mandatado pela Comissão das Nações Unidas para as Alterações Climáticas – UNFCCC), Câmara Municipal de Almada, Agência Municipal de Energia de Almada (AGENEAL), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e a Agência para a Energia (ADENE).-----

Considerando que, a convite do ICLEI, entidade à qual a Organização das Nações Unidas confiou o mandato para a preparação do Roteiro Local para as Alterações Climáticas, o Concelho de Almada organizou e recebeu esta importante Conferência Internacional.-----

Considerando que esta iniciativa se integra num processo que decorre a nível mundial, que visa levar à dimensão local as renegociações do Protocolo de Quioto sobre alterações climáticas, as quais culminarão na redacção de um novo Acordo Global sobre o Clima, acordo esse que se pretende abrangente e eficaz, e que valorize devidamente a acção local no combate às alterações climáticas.-----

Considerando que o Roteiro Local para as Alterações Climáticas assume, como objectivo central, a necessidade de serem reconhecidos no texto do novo Acordo Global sobre o Clima, actualmente em negociação, o papel e a importância que as autoridades locais desempenham no combate às alterações climáticas.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que os governos locais, munidos de genuína capacidade de intervenção, representam um enorme potencial para que possam ser alcançadas importantes reduções nas emissões de gases com efeito de estufa geradas localmente, contribuindo desta forma para a resolução de um problema global.-----

Considerando que a Conferência realizada em Almada se constituiu como o evento português integrado no processo mundial de preparação da Conferência das Partes (COP 15) que se realizará em Copenhaga, Dinamarca, em Dezembro do corrente ano de 2009, tendo contado com a participação de especialistas nacionais e internacionais e tendo reunido apoios institucionais amplos, entre os quais se inclui o Presidente da República de Portugal.-----

Considerando que até ao final da Conferência asseguraram contributos para o Roteiro Local para as Alterações Climáticas 53 Municípios Portugueses, os quais representam quase quatro milhões de habitantes (37,9% da população portuguesa), e que após a realização da Conferência muitos outros Municípios continuam a dar os seus contributos.-----

Considerando que, para além das quase quatro centenas de participantes inscritos na Conferência, os trabalhos das suas diferentes sessões puderam ser acompanhadas, em tempo real, através do serviço "Live Net" do Portal Sapo e do próprio *site* da Conferência na Internet, mobilizando a atenção e participação de muitos milhares de cidadãos que visitaram aqueles *sites* durante a conferência.-----

Considerando a importância do documento final do "Roteiro Local para as Alterações Climáticas", compilando os contributos dos municípios portugueses, formalmente entregue ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente do Governo de Portugal, Professor Doutor Humberto Rosa, e ao Sr. Secretário-Geral e Director Regional para a Europa do ICLEI, Sr. Gino Van Begin, tendo em vista a sua integração no documento final a discutir na COP 15 de Copenhaga.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 29 de Junho de 2009, delibera:-----

1. Saudar a realização em Almada da Conferência Internacional "Roteiro Local para as Alterações Climáticas: Mobilizar, Planear e Agir", sublinhando o êxito obtido pelo trabalho desenvolvido no seu âmbito, expresso de forma eloquente na qualidade do documento final que reúne os contributos dos Municípios Portugueses.-----
2. Estender esta saudação à Câmara Municipal de Almada, aos organismos nacionais e internacionais co-organizadores da Conferência, e a todos quantos trabalharam para a sua concretização, prestigiando, desta forma, o Município de Almada.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Exortar todos os Municípios Portugueses que ainda o não fizeram, a aderir formalmente aos princípios e compromissos definidos no Roteiro Local para as Alterações Climáticas aprovado nesta Conferência Internacional, expressando o seu apoio ao documento que será discutido na COP 15, em Copenhaga, em Dezembro de 2009.-----
4. Expressar o apoio da Assembleia Municipal de Almada à adesão pela Câmara Municipal de Almada ao conteúdo e espírito do Roteiro para as Alterações Climáticas."-----

Anexo – Roteiro Local para as Alterações Climáticas – Redacção Final-----

Nós, Autoridades Locais, que-----

- representamos a população mundial;-----
- constituímos o nível de governação mais próximo das populações;-----
- subscrevemos Pactos e Compromissos pelos quais nos obrigamos a promover a sustentabilidade urbana e a qualificação ambiental dos nossos territórios;-----
- concretizamos acções locais relevantes no combate às Alterações Climáticas;-----

comprometemo-nos a-----

- aderir a estratégias nacionais de combate às alterações climáticas que reconheçam a importância da intervenção das autoridades locais;-----
- estabelecer estratégias locais ou regionais de mitigação e adaptação e a monitorizar e apresentar periodicamente os resultados das medidas que adoptamos;-----
- dar o exemplo, incorporando nas nossas organizações acções mitigadoras e promovendo nos nossos territórios medidas de adaptação;-----
- mobilizar e sensibilizar os cidadãos que representamos para a causa da Protecção do Clima;-----

incitamos os Governos Nacionais a-----

- reconhecerem a relevância da intervenção local nas estratégias nacionais e internacionais de combate às Alterações Climáticas, criando para o efeito quadros legais, financeiros e demais condições necessárias à sua concretização;-----
- articularem com as autoridades locais a fixação de objectivos e metas de combate às Alterações Climáticas e as formas de os alcançar;-----
- pugnarem pela inclusão do desenvolvimento e concretização de políticas locais de combate às Alterações Climáticas na agenda da UNFCCC -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

CONFERÊNCIA DAS PARTES PARA A CONVENÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS-----

Cidades, Autoridades Locais e Alterações Climáticas-----

Reconhecendo que até 2030 dois terços da humanidade habitará em centros urbanos, onde actualmente mais de 75% de toda a energia é consumida, e a importância em inverter esta tendência;-----

Compreendendo que todas as cidades são altamente vulneráveis aos impactos das Alterações Climáticas, especialmente as cidades em rápido crescimento nos países em desenvolvimento;-

Reconhecendo que as cidades e as autoridades locais têm um papel crucial no que concerne à adopção de acções concretas para a protecção do clima, e que, se verdadeiramente capacitadas, têm potencial para liderar o processo de redução de emissões e garantir que objectivos ambiciosos para a redução global de gases com efeito de estufa são atingidos;-----

Aceitando que as Autoridades Locais têm também responsabilidades na gestão de territórios de baixa densidade demográfica, mas de elevada riqueza natural, com importância vital na fixação de gases com efeito de estufa e na produção de energias renováveis;-----

Relembrando a Decisão sobre Cidades e Biodiversidade adoptada pela Convenção sobre Diversidade Biológica, na 9ª Conferência das Partes (COP9);-----

Considerando a importância da concretização da Agenda do Rio através da Agenda Local 21 e das medidas de promoção de uma economia energeticamente sustentável adoptadas por cidades em todo o mundo, com a redução de consumos e a aplicação de tecnologias, novas e existentes, de aproveitamento de energias renováveis e de elevada eficiência energética, contribuindo para diminuir a dependência de combustíveis fósseis e de fontes de energia nuclear, em favor de opções de baixo carbono;-----

Reconhecendo que as autoridades locais têm um papel essencial na concepção e desenvolvimento de orientações e acções na oferta e procura de energia, em particular nos transportes e edifícios, na realização de investimentos, no desempenho das suas competências em matéria de comunicação, educação e sensibilização, designadamente na promoção de campanhas para o uso racional da energia, que globalmente têm efeitos directos no consumo de energia, água e de outros recursos naturais;-----

Reconhecendo igualmente a relevância da acção local, devidamente concertada com o nível regional e nacional, na adaptação de territórios, pessoas e bens aos previsíveis impactos das Alterações Climáticas;-----

Acolhendo o compromisso demonstrado pelo Acordo dos Presidentes de Câmara e dos Governos Locais do Mundo para a Protecção do Clima, reafirmando a vontade das autoridades



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

locais em aceitar o desafio e a co-responsabilidade em actuarem no sentido de prevenir os impactos negativos das Alterações Climáticas;-----

Sublinhando que, embora a responsabilidade da concretização da Convenção seja essencialmente das Partes, existem múltiplas razões para promover o envolvimento das cidades e das autoridades locais e defender a colaboração com as associações mundiais de governos locais como parceiros chave da UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas).-----

As Partes:-----

- reconhecem o importante papel das cidades e das autoridades locais na concretização de Estratégias e Planos de Acção Nacionais para prevenção e combate aos efeitos das Alterações Climáticas, em conformidade e respeito pelos quadros legislativo e regulamentar nacionais, e conseqüentemente facilitarão a adopção, pelas cidades e autoridades locais, de medidas que contribuam para a realização destas estratégias e planos de acção, e promoverão a convergência e potenciação mútua entre as Estratégias e Planos de Acção para as Alterações Climáticas de âmbito local e nacional;-----
- comprometem-se a articularem-se com as autoridades locais, ou com as suas associações, de forma a criar estruturas, plataformas de colaboração e um enquadramento eficaz para a cooperação no âmbito das Alterações Climáticas;-----
- capacitarão as autoridades locais, para que estas tenham as oportunidades, as competências e os recursos necessários, para actuarem a nível local na concretização de estratégias locais de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas, apoiando as Partes nos seus esforços para atingir as metas acordadas;-----
- incluirão, doravante, eleitos locais nas delegações nacionais à Conferência das Partes e nos correspondentes processos de decisão.-----

A Conferência das Partes:-----

- compromete-se a incluir na agenda da UNFCCC o desenvolvimento e a concretização de políticas locais de mitigação e adaptação às Alterações Climáticas;-----
- solicita ao Secretariado da UNFCCC para reforçar as valiosas contribuições para as decisões da Conferência."-----

5.5.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

(Videovigilância no MST)-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nomeadamente no cais terminal em Cacilhas e na paragem “S. João Baptista” do MST (Metro Sul do Tejo), encontram-se colocadas câmaras de videovigilância.-----

Embora seja compreensível que, por questões de segurança de pessoas e bens, essa diligência possa ser aceitável, a actividade de segurança privada depende da satisfação prévia de diversos requisitos que garantam a ressalva dos direitos das pessoas, constitucionalmente protegidos, alguns dos quais tudo indica não estarem a ser cumpridos.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Junho de 2009, delibera que seja solicitado à empresa Metro Transportes do Sul, concessionária do MST, que:-----

- a) Proceda à afixação, obrigatória por lei, em local bem visível, do aviso referido no n.º 3, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro;-----
- b) Indique a esta Assembleia Municipal, por escrito, se faz parte do registo público da Comissão Nacional de Protecção de Dados (entidade à qual compete, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, autorizar e fiscalizar a utilização deste tipo de meios), desde quando está autorizada a proceder à recolha das imagens e se, além destas, também é feita a captação sonora."-----

MOÇÃO-----

A transparência na gestão autárquica e o direito à informação-----

Considerando que:-----

- O “direito à informação” tem regime idêntico ao dos restantes “direitos, liberdades e garantias” consagrados na Constituição da República Portuguesa (conforme assim o determina o disposto nos artigos 48.º e 268.º).-----
- O “direito à informação” é, ainda, uma prerrogativa dos titulares do “direito de oposição” consignado no artigo 4.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, e que lhes confere a faculdade de serem informados pelos “órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade.”-----
- O princípio da “administração aberta”, regulado pelo artigo 65.º, do Código do Procedimento Administrativo e pela Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, visa assegurar o rigor e a transparência nos procedimentos administrativos, cujo paradigma integra, por sua vez, os valores fundamentais da justiça e da imparcialidade, suporte da democracia.-----
- O cumprimento dos prazos estabelecidos na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro) — alínea d), do n.º 1, do artigo 38.º e alínea u), do n.º 1 do artigo 68.º — para os Presidentes dos órgãos executivos responderem aos requerimentos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

entregues pelos membros das assembleias deliberativas, através da respectiva Mesa, são um dos principais indicadores do respeito pelo funcionamento democrático destas instituições.-----
A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 29 de Junho de 2009, delibera considerar a posição do Executivo da Câmara Municipal de negar, sem justificar, as respostas às solicitações dos autarcas, por omissão ou acção:-----

- a) Uma atitude de obstrução à prossecução da competência legalmente consignada do órgão deliberativo fiscalizar a actuação do órgão executivo, prenúncio de falta de transparência na gestão autárquica;-----
- b) Um desrespeito pelo funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, que em nada prestigia o Poder Local."-----

5.5.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação-----

- Considerando que a Câmara Municipal de Almada/SMAS, no ano de 2006 estava obrigada a aplicar o SIADAP — Sistema Integrado de Avaliação e Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, previsto no Decreto Regulamentar nº 6, de 20 de Junho de 2006, decidiu contrariamente ao que o diploma estipula. Com efeito, decidiu atribuir a avaliação de Bom a todos os trabalhadores da CMA e dos SMAS, traduzindo-se num ponto para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório.-----
- Considerando que o Edital 28/2009, no seu ponto 3 refere que “De momento não é fixada dotação global para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório».-----
- Considerando que a CMA não cumpre a Circular da Direcção Geral da Administração Local de 27 de Fevereiro de 2009 enviada para todas as Câmaras e a Juntas de Freguesia sobre o assunto SIADAP — Relevância do trabalho prestado desde o ano de 2004 para efeitos de progressão na TRU — Tabela Remuneratória Única, em que no seu ponto nº 2 diz — “ Os Trabalhadores, a quem tenha sido atribuída avaliação nos anos de 2004 e 2005 de acordo com o Regime Previsto no Decreto Regulamentar 44/88, de 16 de Dezembro, nos termos da Lei 15/2006, de 26 de Abril, o órgão competente da Autarquia deverá atribuir 2 pontos aos trabalhadores com as menções ou níveis de avaliação máxima e elevadas (Muito Bom), até ao limite de 25% do total de trabalhadores, conforme alínea b), do nº4, do artigo 113, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, vulgo LVCR — Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações.--
- Considerando que a CMA não cumpre a circular referida, baseando-se num parecer jurídico elaborado pelos serviços, posteriormente homologado pelo Sr. Vereador responsável pelos RH, Dr. Carlos Revés, uma vez que não considera a atribuição de 2 pontos aos trabalhadores



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que obtiveram a classificação de Muito Bom nos anos de 2004 e 2005 e que entende que só deve ser atribuído 1 ponto por ano.-----

- Considerando que para efeitos do disposto no artigo 7, nº 3 e 4, artigo 46, nº 1 e 2 da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Regime de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que exercem funções Públicas), nas Câmaras Municipais compete ao Presidente da Câmara, no prazo de 15 dias, após o início da execução orçamental decidir sobre a alteração do posicionamento remuneratório na categoria, de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções.-----
- Considerando que as decisões adoptadas atrás referidas, prejudicam no imediato e no futuro os trabalhadores, trabalhadores estes que poderão ver os seus vencimentos melhorados só daqui a 10 anos, por omissão deliberada da CMA que não quer cumprir o SIADAP.-----
- Considerando que o Município de Almada goza de boa saúde financeira, facto propagandeado através de cartazes colocados pela maioria e reconhecido pelas oposições.-
- Considerando que a grande parte das famílias portuguesas vive com dificuldades, em particular os funcionários públicos da Administração Central, Regional e Local, e que a Câmara Municipal de Almada tem as condições financeiras para melhorar as condições de vida dos seus funcionários camarários.-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 29 de Junho de 2009 delibera:-----

1. Exigir a revogação do edital camarário 28/2009, respectivamente o seu ponto nº3;-----
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada a aplicação da opção gestionária, presente no artigo 46, da Lei 12-A/2008, de forma a conseguir melhorar o vencimento dos trabalhadores."-----

5.5.9 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação-----

Prioridades do Município de Almada para a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

O XVII Governo Constitucional, após longo processo de trabalho com as Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, criou o novo regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes, materializado na Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro.-----

As Autoridades Metropolitanas de Transportes correspondem a um nível de decisão descentralizado e supramunicipal sobre mobilidade nas áreas metropolitanas e, como tal, são entidades públicas de natureza associativa e não entidades de natureza empresarial, como chegou a estar previsto em lei de 2003. Trata-se de elevar à escala metropolitana as decisões e concertação de políticas públicas com incidência metropolitana na área da mobilidade e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transportes, delegando nesta nova entidade competências até hoje da Administração Central ou da Administração Local.-----

O Governo criou as condições para que as Autoridades Metropolitanas de Transportes fossem dotadas de meios próprios e competências efectivas, não esquecendo um modelo de governação que incluísse a administração central e local. Apenas com a concertação de vontades foi possível chegar a um modelo que tornasse possível aquilo que por todos era há muito reivindicado: a existência da Autoridade Metropolitana de Transportes.-----

A Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa reuniu o seu Conselho Geral, pela primeira vez, no passado dia 25 de Junho, órgão para o qual foi designado, em representação da Administração Local, um Vereador da Câmara Municipal de Almada. O Conselho Executivo encontra-se igualmente nomeado, pelo que a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa é já hoje uma realidade e, como tal, pode começar a trabalhar no âmbito das suas competências.-----

Entendemos que o Município de Almada não se deve quedar por uma posição passiva no quadro deste novo órgão de decisão, pela importância que a área da mobilidade e transportes tem para os cidadãos de Almada.-----

Consideramos lamentável que, até hoje, por iniciativa da maioria comunista na Câmara Municipal de Almada, que detém todos os pelouros, não tenha sido colocada à consideração dos eleitos locais, designadamente na Assembleia Municipal, as prioridades do Município de Almada para actuação da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. Tratava-se de preparar, atempadamente, uma estratégia de acção do Município, e a sua articulação com todas as forças políticas, o que, por certo, reforçaria a posição de Almada no contexto metropolitano.-----

Contudo, e uma vez que os problemas dos cidadãos não se compadecem com a inércia do poder executivo, entendemos que a Assembleia Municipal deverá, sob forma deliberativa, pronunciar-se sobre a actividade da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, designadamente no que se refere à defesa dos interesses do Concelho no âmbito da estratégia metropolitana.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, em 29 de Junho de 2009, delibera que a actuação do Município de Almada na Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, no que aos interesses específicos do Concelho importa, deverá desde já pautar-se pela defesa das seguintes prioridades:-----

1. Revisão do sistema tarifário de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, criando condições para a criação de um passe que integre os vários operadores de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transportes, tendo em atenção uma política de preços que favoreça os utilizadores de transporte público e uma política de mobilidade sustentável.-----

2. Acompanhamento da execução do Plano de Deslocações Urbanas e do Programa Operacional de Transportes, os quais deverão reflectir, designadamente, (i) a extensão do Metro Sul do Tejo a zonas do Concelho de Almada que não se encontram hoje servidas, bem como a sua ligação a todo o Arco Ribeirinho Sul; (ii) a reestruturação do sistema de carreiras de transporte colectivo rodoviário, que permita que as zonas do Concelho que não são servidas por transporte público venham a sê-lo; (iii) o reforço do transporte fluvial entre as duas margens do Tejo, e sua extensão a todo o Arco Ribeirinho Sul, no quadro do projecto de requalificação promovido pelo Governo."-----

5.5.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação-----

TRANSFERÊNCIA DOMINIAL DE BENS SOB JURISDIÇÃO PORTUÁRIA PARA O MUNICÍPIO DE ALMADA-----

O Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de Junho vem introduzir na ordem jurídica portuguesa um novo enquadramento relativamente aos procedimentos a que deve obedecer a reafecção do domínio público marítimo integrado em áreas sem utilização portuária reconhecida, constituindo um avanço significativo para a melhoria da integração urbana das áreas sem utilização portuária reconhecida, compatibilizando os seus usos com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis.-----

O referido diploma legal reconhece, igualmente, a existência de áreas sob jurisdição portuária que, mantendo as funções portuárias ou logísticas, podem ser susceptíveis de coexistir com usos urbanos e, nesta medida, serem objecto de parcerias de gestão entre as administrações portuárias e os respectivos Municípios.-----

Através do Decreto-Lei nº 75/2009, de 31 de Março, o Município de Lisboa tornou-se na primeira autarquia a beneficiar do regime de desafecção de áreas sem utilização portuária, tendo o Governo anunciado publicamente estar em negociações com outros Municípios, designadamente com o do Porto, para o mesmo fim.-----

Acresce que este último diploma legal refere, claramente, que o Governo já transmitiu a todas as administrações portuárias orientações para que se proceda à identificação de todas as áreas sem utilização portuária reconhecida, inseridas no meio urbano ou confinantes com este.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Isto significa que, por via das alterações legislativas da iniciativa do Governo, estão criadas extraordinárias condições para que as Autarquias, como Almada, possam beneficiar de um quadro de referência claro em matéria de áreas sob jurisdição portuária, pondo fim a décadas de sobreposição de competências, soluções casuísticas e pouco sólidas e, muitas vezes, abandono de áreas com enorme potencial para fruição, pelas pessoas, do espaço público.----- Assim, e num contexto em que o Governo criou condições idênticas para todos os Municípios, importa agora concretizar ao nível local o quadro legal criado com o Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de Junho, dando início às negociações que possam conduzir à mutação dominial subjectiva (para o Município de Almada) das áreas sem utilização portuária reconhecida e ao estabelecimento de parcerias de gestão das áreas que, não tendo utilização portuária exclusiva, possam ser objecto de parceria de gestão entre a administração portuária e o Município.-----

Estando em causa terrenos do domínio público, importa que a Assembleia Municipal possa, sem prejuízo das competências executivas da Câmara Municipal, acompanhar todo este processo e dispor de informação que, até à data, não foi ainda transmitida pela Câmara Municipal, desconhecendo os Deputados Municipais da existência de diligências da Câmara Municipal de Almada junto do Governo quanto à concretização do Decreto-Lei n.º 100/2009, de 16 de Junho.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, em 29 de Junho de 2008, delibera:-----

1. Manifestar ao Governo, através do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, o interesse de princípio do Município de Almada na desafectação do domínio público marítimo de áreas sob jurisdição portuária integradas nos limites de jurisdição do Município de Almada, bem como em desenvolver parcerias de gestão nas áreas sem utilização portuária exclusiva.-----
2. Solicitar à Câmara Municipal de Almada informação concreta e precisa sobre todas as diligências existentes para concretização do Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de Junho, nomeadamente as que respeitam à sua iniciativa.-----
3. Solicitar à Câmara Municipal de Almada que transmita à Assembleia Municipal a identificação das áreas actualmente sob jurisdição portuária que considera deverem ser objecto de mutação dominial subjectiva para o Município ou objecto de parcerias de gestão.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4. Solicitar à Câmara Municipal de Almada que transmita à Assembleia Municipal informação sobre eventuais recursos financeiros afectos à concretização do Decreto-Lei n.º 100/2008, de 16 de Junho."-----

5.5.11 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Algumas breves palavras relativamente às Moções que foram apresentadas. Do meu ponto de vista penso que a Moção apresentada pela CDU relativamente ao apoio ao desenvolvimento das actividades económicas/comércio tradicional, não sendo exaustiva porque muito mais haveria a dizer sobre a estratégica municipal integrada relativamente ao desenvolvimento económico e social, ela é em si mesmo a resposta à Moção apresentada pelo PSD.-----

Queria referir-me à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda no que diz respeito à transparência na gestão autárquica e o direito à informação. Queria dizer à Sr.ª Deputada, aos Srs. Deputados que todos os Requerimentos que chegam à Câmara Municipal são encaminhados para os Serviços, os Requerimentos apresentados têm resposta, por vezes acontece que este ou aquele Deputado Municipal não se conforma com as respostas dos Serviços, porque a resposta não é dada pela Presidente da Câmara, por qualquer eleito. Acontece mesmo que há recurso por vezes e houve para a Comissão de Acesso a Documentos da Administração. É preciso naturalmente perceber o que se quer e os Serviços têm obviamente que ter uma clarificação relativamente às dúvidas levantadas e não tenho dúvidas que os Serviços responderão esclarecidas que estejam as questões aos Requerimentos apresentados.-----

Gostava de dizer que os trabalhadores do DRH estão exaustos com o SIADAP e com as perguntas e muitas perguntas, mil perguntas, etc., com a legislação que saiu e que é de facto de tremenda dificuldade a sua aplicação, há uma exigência desumana sobre os trabalhadores do DRH. Há o próprio SIADAP que quase paralisa a Câmara por inteiro. E naturalmente quando a situação assim se apresenta, também as pessoas tem que obviamente dar prioridade àquilo que enquanto não há esclarecimentos que permitam avançar para a resposta adequada a questões que revelam não satisfação por parte de quem requer, têm que naturalmente estabelecer prioridades para o seu tempo, e há aqui uma grande prioridade que o DRH tem estado a estabelecer e isso tem a ver com os interesses dos trabalhadores, ou seja, os concursos, a questão do SIADAP e eu passava exactamente para a Moção apresentada pelo Partido Socialista.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O Partido Socialista congelou as progressões, congelou os concursos, fez aquilo que entendeu, e entretanto cria o SIADAP, SIADAP que por exemplo em relação a 2006, deixou um absoluto vazio relativamente à situação dos trabalhadores e foi necessário, ou deixava-se zero porque não havia legislação em vigor que permitisse fazer uma classificação em 2006, ou havia um critério. Os Municípios encontraram um critério, o critério de atribuir a todos os trabalhadores a classificação de Bom. Depois há uma questão que tem a ver com a dotação global, o que está escrito no Edital é que de momento não é fixada dotação global para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório, porquê? Porque é preciso saber qual é o dinheiro necessário para afectar às progressões, naturalmente e não estando concluído o SIADAP de 2008, é necessário concluir esse processo para avaliar quantos trabalhadores têm condição para progredir e qual é a massa salarial equivalente. E portanto, os trabalhadores terão efeitos a Janeiro, quando o processo estiver concluído e está na sua fase final.-----

Dizer que nós respeitamos e temos que respeitar a orientação da Tutela, e normalmente vem através da Direcção Geral da Administração Local. Dizer que houve uma primeira interpretação homologada pelo próprio Secretário de Estado relativamente a este tipo de diploma e que dizia exactamente que relativamente a 2004 e 2005 a pontuação era de facto 1, nós não nos conformámos, mas tínhamos que aplicar não havendo outra orientação, e nós questionámos e de facto houve uma alteração de orientação por parte da Direcção Geral da Administração Local. É o despacho que foi feito sobre essa circular foi: "aplique-se por inteiro aos trabalhadores do Município". E portanto não há aqui qualquer razão para as questões colocadas nesta Moção do Partido Socialista. Se alguém respeita até ao máximo dos máximos os interesses dos trabalhadores é esta autarquia. E veja-se que temos no Município vários programas e vários projectos exemplares, singulares, relativamente à Administração Pública com a máxima consideração e atenção e respeito pelos trabalhadores do nosso Município. Portanto, esta Moção não faz sentido. Depois queria dizer que relativamente à Autoridade Metropolitana de Transportes eu já tinha percebido quando se diz aqui que a Câmara Municipal designou um Vereador, parece que é uma forma de menosprezar a importância dos eleitos locais. A importância dos eleitos não se mede pelo cargo que exercem, mede-se pela competência que têm e por acaso até é o Vice-Presidente da Câmara, e por acaso até é o eleito que tem tido responsabilidades ao nível do Plano de Mobilidade, do Metro e é o eleito mais conhecedor de toda a problemática relacionada com os transportes. E também é importante verificarmos que há um conjunto de questões que são aqui trazidas como ideias, iniciativas do PS que afinal de contas não são mais nem menos do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que uma cópia mal feita, por sinal, uma cópia daquilo que têm sido as posições, nomeadamente da CDU em posições apresentadas nesta Assembleia e as posições da própria Câmara Municipal. Porque o Metro Sul do Tejo no Arco Ribeirinho é uma posição das Câmaras Municipais desde logo a passar por Almada Nascente Cidade da Água. Como também à Costa de Caparica e à Trafaria, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa de Caparica e fazendo parte do Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria e que o próprio, as primeiras orientações relativamente aos objectivos de desenvolvimento estratégico para o próximo tour do nosso Concelho, muito bem refere que é preciso levar o Metro Sul do Tejo muito mais longe dentro do próprio Concelho através da revisão do Plano Director Municipal. Portanto, penso que é uma Moção oportunista e dizer que o diploma saiu em Janeiro é fantástico, na quinta-feira passada tínhamos um ultimato na Junta Metropolitana porque se ia reunir a Autoridade Metropolitana de Transportes da parte da tarde e a Junta Metropolitana tinha que indicar os seus representantes. Posso-vos dizer aqui que a CDU fez das tripas coração para que de facto houvesse a indicação dos representantes da Junta Metropolitana para a Autoridade Metropolitana de Transportes, sendo que o mais adequado até segundo algumas vozes, várias de vários quadrantes, naturalmente seria deixar isto para depois das eleições, só que nós esperamos há muito tempo por uma Autoridade Metropolitana de Transportes e mesmo não sendo a nossa Autoridade Metropolitana de Transportes é melhor existir esta e depois aperfeiçoar do que não existir nenhuma.-----

A Junta Metropolitana tem fortes e sérias discordâncias relativamente àquilo que está aprovado para esta Autoridade Metropolitana e é unânime a posição da Junta Metropolitana, é unânime relativamente à discordância daquilo que é o âmbito e a intervenção da Autoridade Metropolitana de Transportes. Mas mesmo assim com um espírito construtivo, responsabilidade institucional não deixamos de contribuir para que no imediato funcionasse. Funcionou, o Presidente da Comissão por todos também entendido que deveria ser o Presidente da Câmara de Lisboa, não foi possível estar, mas irá dentro de algum tempo marcar com certeza a primeira reunião do Conselho Nacional da Autoridade Metropolitana de Transportes. Temos muitas ideias e naturalmente como sempre o nosso Vereador que na Câmara, quer relativamente à Assembleia Municipal não deixará, não deixaremos porque vamos continuar depois de Outubro de dar a conhecer a esta Assembleia Municipal e aos Órgãos e à população aquilo que venha a ser o trabalho da Autoridade Metropolitana de Transportes. Passaram-se seis meses sobre a publicação do diploma para que à pressa e de uma forma precipitada a Junta Metropolitana fosse solicitada a indicar os seus



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

representantes, mas fez o seu trabalho numa atitude construtiva. Em relação à APL, temos décadas de trabalho sobre as zonas de jurisdição portuária, avanços, recuos, avanços, é um folhetim, a matéria que nos preocupa desde há longo tempo, desde há décadas por sinal em 2009, em Março, a própria Junta Metropolitana se interroga sobre afinal se só a Câmara de Lisboa tinha área portuária porque tudo indicava e era assim mesmo que a decisão era só para o Município de Lisboa, por aquelas coisas todas que nós sabemos pelos jornais que foram acontecendo do lado de lá, que levaram a problemas de demissão de pessoas indicadas para cargos públicos, etc. Mas na Junta Metropolitana de facto a questão que foi colocada foi remetida para quem de direito, o próprio Presidente da Câmara de Lisboa tinha o mesmo ponto de vista que os restantes colegas da Junta Metropolitana de que isto deveria ser aplicado a todo o Arco Ribeirinho, a todos os Municípios que tivessem áreas de jurisdição portuária. Já disse aqui numa reunião da Assembleia Municipal que o Sr. Vereador Vice-Presidente da Câmara, José Gonçalves tinha feito já reuniões com a APL, que a APL ficou de fazer o trabalho de casa nomeadamente precisando quais as fracções, quais as áreas com funções absolutamente indispensáveis à Administração Portuária, bem como o levantamento das áreas industriais a manter na Administração Portuária. Este assunto já voltou novamente a ser abordado e portanto aquilo que é dito, foi anunciado publicamente estar em negociações com outros municípios, nós entendemos que isto também, negociações é preciso um levantamento e é esse o compromisso, o levantamento estará a ser feito e acreditamos, e portanto a seu tempo o assunto obviamente como queremos que venha a acontecer da mesma forma como aconteceu com Lisboa, há-de ser tratado.-----
Já agora dizer que entretanto saiu mais uma vez o Presidente do Conselho de Administração da APL, portanto de factos as entradas, as saídas sucedem-se e as instituições têm muita dificuldade em funcionar. Mas eu acredito que com a nova Presidente do Conselho de Administração vamos trabalhar e vamos trabalhar muito bem como já trabalhámos no passado."-----

5.5.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É só para explicar um bocadinho a toda a gente do que é que nós estamos a falar quando estamos a falar das respostas aos Requerimentos. A Sr.^a Presidente diz que os trabalhadores do Departamento dos Recursos Humanos estão exaustos com tanta pergunta, mas eu queria explicar que, eu queria explicar o seguinte, quem tem que responder não são os trabalhadores é o Executivo e são os políticos, não são os técnicos. Nós no dia 08 de Junho, portanto já passou os quinze dias por Lei que são dados à Presidente da Câmara para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

responder aos Requerimentos, que podem ser prorrogados por mais quinze dias se forem solicitados ao requerente, coisa que nunca aconteceu e portanto este prazo já foi ultrapassado, e este Requerimento de dia 08 de Junho, a única coisa que pedia era que fossem dadas respostas aos três Requerimentos que nós fizemos no dia 02 de Abril e que também ainda não foram respondidos, e pedia acrescentando, que fosse facultada a cópia do parecer jurídico, é tirar fotocópias. Nós podemos ir à Câmara tirar fotocópia se for preciso, basta dizer que nós vamos lá, do parecer jurídico que fundamentava a abertura dos concursos que foram feitos para contratos a prazo para ocupar postos de trabalho com carácter permanente que a Sr.^a Presidente disse aqui numa Assembleia Municipal, que tinham um parecer jurídico a apoiar, pedimos fotocópia desse parecer jurídico. No dia 08 de Junho, os três Requerimentos que nós apresentámos no dia 02 de Abril e que também não tiveram resposta e para os quais nós pedimos resposta no dia 02, são sobre: - o primeiro, a classificação dos trabalhadores, e a pergunta era: quantos avisos foram feitos durante o ano 2008 sobre reclassificação de trabalhadores? Quantos trabalhadores foram reclassificados? e porque é que os que deveriam ter sido não o foram? Se a Câmara não sabe responder a isto em dois minutos eu não percebo porque é que não sabe? É o primeiro Requerimento do dia 02 de Abril. O segundo Requerimento é precisamente sobre o SIADAP e é uma pergunta muito simples, é perguntar à Sr.^a Presidente da Câmara se vai corrigir a atribuição de um ponto pelos anos de 2004 e 2005 que decidiu dar antes do parecer conjunto da DGAL e da (.....) por ter saído aconselhando a que fossem atribuídos dois e portanto decidiram. A pergunta de dia 02 de Abril é se vai considerar este parecer ou não e se vai corrigir a situação ou não? Até hoje estamos sem saber a resposta a esta pergunta. E o terceiro Requerimento do dia 02 de Abril é sobre o Mapa de Pessoal da Câmara aprovado pelos Deputados eleitos da CDU desta Assembleia Municipal com os votos contra da oposição toda e que a Sr.^a Presidente não está a cumprir. E a pergunta é, porque é que a Sr.^a Presidente não cumpre aquilo que está previsto no Mapa do Quadro de Pessoal que os seus Deputados Municipais aprovaram, contra os votos da oposição. São três perguntar muito simples e não precisa da intervenção do Departamento dos Recursos Humanos, porque isto não é uma decisão técnica, isto é uma decisão política Sr.^a Presidente. Aproveitava para dizer ao PS que nós vamos votar favoravelmente a vossa Moção sobre o SIADAP, e deixe-me que lhe diga, se Sr. Deputado Mendonça Mendes, isto é um plágio aos vários Requerimentos e posições públicas que o Bloco de Esquerda tem assumido sobre isto, esta Moção é do Bloco de Esquerda apresentada pelo PS, nós subscrevemos e vamos vota-la."-----

5.5.13 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sr.^a Deputada Helena Oliveira, atrevo-me a dizer que provavelmente estamos mais próximos do que aquilo que os Srs. muitas vezes julgam estar.-----
Transparência na Gestão Autárquica, direito à Informação. Sr.^a Presidente da Câmara, gostava de interpela-la directamente, porque penso que não é correcto que a Sr.^a Presidente da Câmara relativamente aos pedidos de informação que os Deputados Municipais formulam à Câmara que a Sr.^a Presidente da Câmara atribua essa responsabilidade aos serviços. Sr.^a Presidente da Câmara no exercício dos direitos de apresentar requerimentos, são os Deputados Municipais que perguntam aos eleitos locais as questões, e a responsabilidade política é de quem presta a informação. A Sr.^a Presidente da Câmara, aliás neste momento, já nem é a Presidente da Câmara que responde aos Deputados Municipais, já é um Sr. chamado Osvaldo qualquer coisa, que é adjunto da Presidente que responde directamente aos Deputados Municipais. Já nem é a Presidente da Câmara. Mas deixe-me dizer-lhe Sr.^a Presidente que a responsabilidade política das respostas como a responsabilidade política das respostas do Governo à Assembleia da República é dos titulares de cargos políticos. E gostava de perguntar à Sr.^a Presidente da Câmara, onde é que está a dificuldade para os Serviços de responder à pergunta sobre a quem foi adjudicado por procedimento, e quando custou a afixação de cartazes? Qual é a dificuldade para que os serviços respondam esta resposta que a Sr.^a não conhece porque não é a Sr.^a que as faz e não passa por si, mas diz assim e vou ler, todos os processos e procedimentos associados à concretização das Opções do Plano nesta matéria tal como em todas as outras no quadro do respectivo Orçamento aprovado pela Assembleia Municipal obedecem obrigatoriamente ao cumprimento pelos respectivos serviços pela legislação aplicável. Ficamos sem saber se os outdoors que a Sr.^a Presidente da Câmara mandou fazer estão dentro daqueles mais três milhões de ajustes directos que são feitos, qual foi o procedimento? Qual foi a empresa e quais foram os meios? É esta a transparência do direito à informação? Sr.^a Presidente da Câmara queixou-se há um ano atrás que o PS lhe colocou cem perguntas e que era Verão, e tinha respondido parcialmente e depois respondia às outras. Passou um ano e continuamos à espera que a Sr.^a coloque as respostas ao Requerimento que nunca mais as fez.-----
Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados Municipais, por fim mais uma vez, não à Sr.^a Presidente da Câmara mas à D. Maria Emília de Sousa porque se associou aqui não com o P.C., mas como candidata à Câmara dizendo que nós vamos ganhar, nós vamos fazer isto e devo-lhe dizer relativamente às prioridades do Município para a Autoridade Metropolitana de Transportes, todo o seu discurso com o devido respeito foi redondo e disse zero, porque a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr.^a diz zero relativamente às propostas que o PS vem aqui aproveitar, sobre isso a Sr.^a não disse nada, a Sr.^a a única coisa que veio dizer foi que há um diploma de Janeiro, veio-se queixar que recebeu uma carta mas fez das tripas coração para indicar nomes, mas a Sr.^a a única coisa que está a fazer é política e a nossa forma de fazer política não é essa Sr.^a Presidente da Câmara, é apresentar propostas e sobre as propostas registamos que a candidata Maria Emília de Sousa não soube responder nem tem opinião como aconteceu relativamente também à transferência dominial de bens para o Município de Almada, a Sr.^a Presidente da Câmara ou a candidata Maria Emília de Sousa não sei bem em que qualidade o fez, veio dizer que foi criado um regime excepcional para Lisboa. Mas a Sr.^a mente ou por desconhecimento, ou deliberadamente, porque o regime legal que foi consagrado com o Decreto-Lei nº 100/2008, é um regime legal para todos os Municípios. Agora aquilo que ficamos a perceber é que não há negociações. Nós percebemos que o Porto é suspeito, não é uma Câmara Socialista, o Porto tem negociações, mas que Almada não tem negociações, Almada parece que um Vereador foi falar ao Porto de Lisboa, ficou que o Porto de Lisboa fizesse o levantamento e nunca mais fez nada. E por isso aquilo que era importante, Srs. Deputados Municipais é que se estamos verdadeiramente preocupados, se queremos que a frente ribeirinha passe para ser desfrutada pelos cidadãos, é preciso tomar atitudes e é preciso também que a Assembleia Municipal possa participar nesse processo. É isso que estamos aqui a propor pelas ideias, não vamos pelo registo comicieiro e de candidatura que a D. Maria Emília de Sousa veio aqui fazer hoje."-----

5.5.14 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Não sei como hei-de tratar os eleitos do Partido Socialista, se candidatos, se candidatos a políticos, porque já não se usam, porque a arrogância e a má criação tem limites, não sei como é que os hei-de tratar. Mas vou tratar seguramente por aquilo que ainda são nesta Assembleia, Deputados Municipais. E de facto nós em Portugal temos um ditado claro que diz, olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço. E eu tenho quase a ideia de que este é um ditado popular que se aplica na integra ao Partido Socialista.-----

Na Assembleia da República eu às vezes vejo os debates e ultimamente tem sido acusado o Partido Socialista de duas caras, eu não sei se tem duas caras, se não tem duas caras, se não tem cara nenhuma. O que eu sei é como é que é possível ter credibilidade, um Partido que numa Autarquia defende projectos que são a cópia de projectos e de propostas daquilo que são as Moções, as deliberações, as lutas da CDU, do seu Executivo e desta Assembleia Municipal. Que muitas aprova e que outras rejeita. E que Membros do Partido na Assembleia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da República votam contra. E portanto, como é que o povo de Almada pode acreditar nesta incoerência daquilo que eu digo, "olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço".-----
E Srs. Deputados, dizer o seguinte, o SIADAP é uma coisa sinistra do Governo, mas foi o Partido Socialista que aprovou. Portanto se está tão preocupado com a legislação do SIADAP revoga, se está tão preocupado e aparentemente parece que o Bloco de Esquerda também está muito preocupado com as penalizações dos trabalhadores por via do SIADAP, mas não faz aqui uma exigência ao Governo para que retire o SIADAP do exercício daquilo que é a penalização dos trabalhadores da Administração Pública. Portanto isto é assim, qual é a instituição pública deste País, seja Câmara Municipal ou não, que está digamos a melhorar a situação dos trabalhadores por uma aplicação não legal do SIADAP. Gostava de saber em que Câmara Municipal, em que Ministério, seja lá onde for que isto está a acontecer. Por ventura quais são os Serviços da Administração Central que tomaram a opção gestionária que hipoteticamente o PS vem aqui defender.-----

Relativamente à Moção da Autoridade Metropolitana de Transportes, Srs. Deputados está aqui um Sr. Deputado do PSD, curiosamente hoje houve Assembleia Metropolitana e houve o balanço do trabalho da Assembleia Metropolitana e da Junta. E Sr.^a Presidente, é tão curioso ver como é que lendo as Actas até da Junta que nós eleitos na Assembleia Metropolitana e quem estuda os documentos percebe por unanimidade, por consensos, por esforços de convergência como é que é possível quando o Sr. Deputado Pedro Farmaço - Presidente da Comissão - eleito pelo Partido Socialista, Deputado da Assembleia da República, que hoje mais uma vez, e como o Presidente da Comissão de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, hoje reafirmou na Assembleia de que infelizmente por consenso, por unanimidade toda a gente está contra o projecto da Autoridade Metropolitana de Transportes. E Sr.^a Presidente, mais uma vez o Partido Socialista em Almada deturpa, calunia e não apresenta nada de novo. Aliás é preocupante que nesta Moção do Partido Socialista venha uma coisa ao contrário daquilo que nós CDU temos vindo a reclamar, que é, eles querem a criação de um Passe Social, nós queremos é que todos os operadores aceitem o Passe Social Intermodal, sem custos adicionais para os utentes, e foi isto que os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República rejeitaram, e portanto, quando o Sr. Deputado da República Alberto Antunes diz, as exigências da Comissão de Utentes é porque estamos em Campanha Eleitoral, porque o que nós queríamos era andar de borla, está tudo explicado. Quer dizer que nós relativamente a esta coisa da Autoridade Metropolitana de Transportes, para além de ser plágio, para além de exigir coisas que a Câmara já disse, para além de exigir situações que a Assembleia Municipal até com votos do Partido Socialista já aprovou,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não tem o mínimo dos sentidos. E por outro lado fica esta questão, não queremos um novo Passe Social, queremos o Passe Social Intermodal aceite por todos os operadores que sem custos adicionais para os utentes e que se alargue as coroas de intervenção desse Passe. E portanto, não diz nada de novo e portanto vamos obviamente rejeitar esta Moção, aliás como a questão da legislação sobre a parte Ribeirinha. -----

(Srs. deputado, vamos acabar com isto, porque este Sr. Deputado não pode estar a querer aqui outros voos, porque não tem estaleca intelectual, nem honestidade intelectual para outros voos. E portanto vou continuar porque não é este Sr. que me intimida de dizer as minhas opiniões e espero que o Sr. Presidente tenha a bondade de descontar o tempo da CDU, porque nós não consentimos que má criações e pouca elevação política no debate deste órgão legítimo e democraticamente eleito.)-----

É de facto uma vergonha esta postura do Partido Socialista, vamos ter uma campanha eleitoral pelos vistos muito pouco digna, mas nós cá estamos com a nossa seriedade, com as nossas propostas, com o nosso trabalho realizado, e portanto não nos deixamos intimidar pela baixa provocação, pela provocação barata. Portanto, é uma questão de educação, é uma questão de formação democrática e isto não tem quem quer, tem quem recebeu. Portanto, Srs. Deputados, nós vamos votar contra as Moções do Partido Socialista porque entendemos que efectivamente não acrescentam nada e digamos que não resolvem os problemas de fundo das nossas populações, e portanto são manifestos, exercícios de hipocrisia política que nós não subscrevemos. Relativamente à Vídeovigilância no MST do Bloco de Esquerda, há aqui uma afirmação que nós precisamos de ter mais informação. Porque diz que alguns dos quais tudo indica não estarem a ser cumpridos os direitos das pessoas constitucionalmente protegidos. Portanto nós não sabemos se isto é assim ou não, temos preocupações relativamente ao essencial disto, mas ainda que aprovando precisamos de ser informados se isto tem de facto fundamentação.-----

Já relativamente aos requerimentos parece-nos que a Sr.^a Presidente foi bastante clara, não nos suscita nenhuma dúvida pelo que votamos contra. Relativamente à Moção do PSD de facto a Moção da CDU responde de alguma maneira às críticas do PSD, mas eu gostava de perguntar ao PSD se por ventura tem noção ou tem informação do que é que o Sr. Presidente da Câmara do Porto Rui Rio fez com a Associação dos Comerciantes quando os comerciantes solicitaram, ou se tem ideia qual foi essa posição já que as negociações entre os comerciantes no Porto foi entre a empresa do Metro e a Associação dos Comerciantes do Porto e não com a Câmara Municipal do Porto e portanto se acha que no Porto o Sr. Presidente Rui Rio fez bem e em Almada é que é o caos e que é esta situação de ausência



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de tentativa de resolução. Portanto, pensamos que a nossa Moção demonstra exaustivamente o contrário do conteúdo da Moção do PSD e portanto votamos contra."-----

5.5.15 - O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Para dar a informação sobre a nossa posição relativamente às onze Moções e Propostas de Deliberação, em princípio votaremos genericamente e de forma afirmativa em relação a nove dessas Moções, quer sejam as Moções do PS, excepto a da prioridade do Município de Almada para a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, em que nos vamos abster com base na informação que já aqui tinha sido prestada, e também com base em posições que anteriormente já tinham sido aqui assumidas nesta Assembleia e que nós votamos favoravelmente relativamente à revisão do sistema tarifário de transportes públicos e portanto achamos que este é um assunto que não temos condições para votar afirmativamente.-----

Relativamente a outra Moção que iremos votar contra, a Moção da CDU sobre o apoio ao desenvolvimento às actividades económicas, em coerência com a Proposta que apresentamos e também por maioria de razão e respondendo à Sr.^a Deputada que nos lançou um repto a perguntar sobre o que é que se passa no Porto, nós não sabemos o que se passa no Porto, sabemos o que se passa em Almada e sabemos de uma reunião bastante recente em que os comerciantes entregaram as chaves ao Sr. Vereador, o que revela um total desencanto e uma total dificuldades desses mesmos comerciantes face a estas propostas todas que aqui estão mas que pelos vistos não têm o efeito que a Câmara pretende, não nego que são propostas e que estão no terreno, mas efectivamente o efeito que estão a ter é nulo e os principais interessados quer seja os comerciantes, quer sejam também alguns munícipes que pretendem manifestar e utilizar os serviços do comércio local e que estão totalmente desencantados. Portanto é essa a resposta que eu tinha para dar, e dizer que efectivamente o que nos interessa e o que se passa no Concelho de Almada, os outros Concelho teremos o máximo respeito, mas aqui nesta Assembleia principalmente é Almada que nos interessa."-----

5.5.16 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Só uma nota rápida para que possamos congratularmo-nos, porque ao fim destes dois anos em que o PSD tem trazido esta temática para a Assembleia Municipal finalmente por razões estranhíssimas tenha surgido hoje uma Proposta de Moção tão a propósito relativamente à questão do comércio de Almada entre vastos problemas que se relacionam com o desenvolvimento económico do nosso Concelho. Aliás, noto e fico chocado com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

simplicidade com que foi respondida pela Sr.^a Presidente à Moção que foi aqui trazida hoje e pelos doze segundos que dedicou a responder à mesma em detrimento dos quinze ou vinte minutos que dedicou a responder às questões dos desafios políticos, à retórica política da Junta Metropolitana de Lisboa. Certamente que os nossos cidadãos ficarão satisfeitos por realmente saberem e sentirem que a dedicação à resposta de um problema urgente que afecta um conjunto de pessoas, até de pessoas que nós tratamos aqui nesta Assembleia, teve realmente a dedicação que teve na resposta da Sr.^a Presidente."-----

5.5.17 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Apenas duas notas. Dizer que em relação à questão colocada pela Sr.^a Deputada Helena, não são os eleitos que têm naturalmente condição para nos documentos, nos Serviços saber como é que os processos estão a desenvolver-se. O Mapa de Pessoal é aprovado e as indicações que os Serviços têm é pôr em prática. Depois o que é que está posto em prática, têm que ser naturalmente os Serviços a informar os eleitos de qual o ponto de situação da execução do Mapa. Portanto, a obrigação dos Serviços é executar aquilo que são as deliberações dos órgãos. Mas também sabe que a execução também não é num dia, ela é feita ao longo do tempo, e se olhar para a informação à Assembleia Municipal encontrará resposta naturalmente para parte daquilo que eu estou aqui a dizer-lhe. Ou seja, quantos procedimentos, quantas pessoas foram avaliadas, etc., etc.. Portanto, dizer também que em relação a todos os Requerimentos a Sr.^a diz que no dia oito foi feito um Requerimento e ainda não foi dada resposta. Pois, hoje são vinte e nove e naturalmente foi remetido para os Serviços. Os Serviços terão tido as suas dificuldades mas ainda não passou todo o prazo necessário para, pode ser quinze, mais quinze e por isso os Serviços têm naturalmente esse tempo e contam com isso. Mas todas as respostas serão dadas pelos Serviços para poderem ser encaminhadas para os Srs. Deputados."-----

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Luís Varela Pais que o que está no documento da CDU representa muito trabalho, para se conseguir chegar ao que está aqui escrito, foram muitos meses e mais do que anos de trabalho para se conseguir chegar aqui. E quando se apresentam estes projectos, são projectos que são verdadeiramente para serem concretizados, são projectos candidatados ao Quadro de Referência Estratégico Nacional muitos deles, outros não, mas que estão aprovados e é isso que está aqui dito. E eu disse que muito mais poderia estar aqui neste documento porque ele tem parte da estratégia municipal para este problema, para fazer face a este conjunto de problemas, mas poderia ter muito mais. Portanto, não gastarei mais tempo porque está aqui escrito e não foi por menos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

consideração ao que o Sr. Deputado aqui nos trouxe nem menos atenção à problemática que está contida nos dois documentos. Mas este, o que eu disse é resposta ao segundo, não menosprezando a importância naturalmente da problemática aqui trazida e que a Câmara tem estado com muita atenção, com muito trabalho desenvolvido e com resultados concretos. Com projectos feitos e projectos aprovados e outros que vão ser concretizados."-----

5.5.18 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Queria apenas dar duas notas telegráficas, por um lado a questão dos Requerimentos, por outro a questão da Moção de apoio ao desenvolvimento de actividades económicas. A questão dos Requerimentos que foi aqui levantada pelo Bloco de Esquerda é uma questão que tem sido sentida transversalmente pelas bancadas certamente. Foi aqui falado sobre os quinze, mais quinze, que afinal não são quinze, é vinte, mais quinze que é o que está no Regimento e o que está transcrito nos documentos legais. Vinte que é o prazo normal, quinze para situações excepcionais e justificadas ao requerente. Ora nós temos três exemplos concretos, em Abril na última Sessão Ordinária desta Assembleia nós entregámos na própria Mesa e expusemos aqui nesta Assembleia três Requerimentos concretos, com perguntas concretas que passado sessenta dias, ou seja, vinte mais os quinze que nem sequer esses chegaram a ser justificados, o que é certo é que estamos aqui em nova Sessão Ordinária e não há qualquer tipo de resposta formal a esses três Requerimentos apresentados pelo Partido Social Democrata. E por isso das duas uma, ou os Serviços não têm competência para dar a informação ou os eleitos são incompetentes e não são transparentes para responder aos Requerimentos. E aquilo que me parece é que é a segunda opção, porque reiteradamente perante questões concretas não há informação e respostas concretas. E portanto estranha-nos que haja ainda alguma falta de decoro para vir nesta ocasião falar nos prazos e na hipótese de responder ou na tentativa de dar a respostas, porque o que é certo é que o nosso exemplo concreto, passaram sessenta dias e não há qualquer tipo de resposta, Se a Sr.^a Presidente da Câmara quiser ter a hombridade de nos dizer aqui a nós hoje quando é que vai responder ou nos quiser dar a nós aqui a informação perante todos, ficamos muito satisfeitos e agradecemos, é fora de prazo mas antes fora de prazo do que não haver resposta. O que é certo é que estes três Requerimentos foram entregues nesta Assembleia e passaram sessenta dias e não há resposta. Ou seja, ou há incompetência dos Serviços, que eu não quero acreditar ou há incompetência e falta de transparência dos eleitos que aí sinceramente me custa muito a reconhecer, mas que verdadeiramente é isso que estamos a sentir.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sobre a questão do apoio ao desenvolvimento das actividades económicas, registar apenas com alguma estupefacção como é algo, há coragem de falar aqui do Gabinete de Apoio à Criação e Captação de Investimento. O PSD teve o cuidado a semana passada de ir reunir com a Agência Novalmadavelha e aquilo que pudemos constatar com estupefacção à nossa pergunta, que resultados é que têm existido? foi: ainda nada está decidido. Conclusão: Gabinete nem vê-lo. É que aquilo que nós entendíamos que ao fim destes anos todos já era fundamental existir que eram resultados, aquilo que estamos a testemunhar é que nem sequer há decisões e a organização de um modelo de criação de uma verdadeira Agência Municipal de atracção de investimento, de riqueza para o Concelho de Almada, que potencie a criação de emprego qualificado. Nada. E fala-se aqui com o deslante que se gastou cem mil euros, veja-se uma verba extraordinária, cem mil euros para a criação de um Gabinete que afinal nem sequer existe, está criado e decidido da forma como irá operacionalizar a sua actividade, fantástico, fantástico. E portanto deixar este registo que é a falta de decoro vir aqui defender aquilo que nós vimos e sentimos no dia-a-dia e que não se está a processar e que os Almadenses infelizmente sentem na pele que é Almada a não se desenvolver como deveria de forma sustentada."-----

5.5.19 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Para resumir aquilo que já foi dito aqui relativamente ao facto de que uma Moção responde à outra, para dizer que, mal comparado, neste caso poderíamos dizer que esta vacina que nos é apresentada aqui hoje vem depois já da infecção da gripe que está generalizada. E também para lembrar que duvidamos sinceramente da generosidade de algumas destas propostas e das promessas que são feitas relativamente a esta questão, tendo em conta que recordo com mágoa de que há sete anos o Sr. Vereador José Gonçalves que se encontra aí sentado ao seu lado, a propósito da requalificação do Centro do Monte de Caparica em visita com os eleitos referiu que essa era uma questão que estava na prioridade da autarquia. Passados sete anos e podemos ir ao Centro do Monte constatar como é que estamos. Também referente ao Centro do Monte. A Sr.ª Presidente da Câmara referiu que era uma questão que tínhamos que ter a Alameda Timor Lorosae pronta para podermos requalificar o Centro do Monte, isto foi dito em Assembleia Municipal que teve lugar no Monte de Caparica há cerca de três anos. Passaram-se três anos e aí temos os resultados. No que diz respeito a medidas para desenvolvimento e requalificação do Comércio Local, nós ainda estamos cá para ver quais são e como é que elas realmente se vão concretizar."-----

5.5.20 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu, realmente. Se o Gabinete de Apoio à criação de Emprego e Captação de Investimento Consiste em comprar mobiliário, comprava-se de um dia para o outro, mas é muito mais do que isso. E naturalmente penso que tiveram a ocasião de perceber a profundidade do trabalho feito, o alcance do trabalho feito e que há exactamente uma solução para o gabinete e não vai ser uma qualquer coisa, vai ser de facto um projecto muito sério que ou se localiza na Novalmadavelha ou se localiza na própria Câmara. E é esta apenas a questão que vai ser tratada a muitíssimo curto prazo. No entanto para montar é preciso haver dinheiro, também é preciso haver dinheiro, e foi feita a candidatura ao Quadro de Referência Estratégica Nacional e conta com uma parte com 50% da Câmara Municipal e com 50% do QREN.-----
Queria dizer que isto é tudo muito sério, não é fogo de vista, é para durar e é para ter resultados e há-de ter seguramente. Queria também deixar a nota de que em relação ao próprio Monte de Caparica nada está passado, há projectos feitos, projectos de arquitectura e projectos de requalificação em curso para o Monte de Caparica.-----
Havia Timor Lorosae está feita, começa a funcionar com o Metro Sul do Tejo, mas certamente que saberá que também os estudos de requalificação e os projectos não é carregar no botão e no momento seguinte aparecem. Há gente a trabalhar para que os projectos de facto depois possam aparecer à luz do dia com obras e é aí que se começa a ver o que foi feito antes. Isso vai acontecer."-----

5.5.21 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Tenho alguma dificuldade em compreender que as Moções que aqui são apresentadas pelos diversos Partidos possam ser consideradas alternativas umas em relação às outras quando aparentemente visam os mesmos objectivos. E relativamente ao Comércio Tradicional devo dizer que todas as propostas são poucas para que se possa apoiar as pessoas que no Centro de Almada hoje, comerciantes, residentes se deparam com um problema grave em termos urbanos que é o problema da desertificação do Centro de Almada. Não é uma opinião, é exactamente um facto que é constatável e que é verificável por qualquer pessoa sobre a evolução que o eixo central de Almada teve desde há dez anos a esta parte e com especial enfoque para os últimos quatro anos. Colocados sobre a decisão de que uma Moção substitui a outra, então não temos a menor dúvida de que votaremos favoravelmente a Moção do PSD, porque a Moção da CDU é uma Moção que assenta em dois problemas. Primeiro é uma Moção que por um lado quer exortar o trabalho da Câmara Municipal e por outro quer passar culpas para o Governo. É uma atitude de exortar medidas tomadas e passar culpas que não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resolve problema nenhum. Pode dar grandes intervenções inflamadas, pode aliviar as consciências, pode tentar emendar aquilo que foi um absoluto escândalo que foi a Câmara Municipal utilizar os trabalhadores em horas extraordinárias para distribuírem uma coisa chamada esclarecimento público inevitável que mais não era que uma resposta às reivindicações do Movimento Associativo do Concelho de Almada, e portanto ficamos estupefactos com esta forma de lidar com a questão. E em segundo lugar que é a questão mais grave é que parece que a maioria comunista ainda não percebeu que o problema da desertificação do Centro de Almada está intimamente ligada à deslocalização dos Serviços no Centro de Almada. E há uma decisão que esta maioria comunista tomou e que é uma decisão que agrava as condições do eixo central de Almada, que é a decisão de deslocalização dos Serviços Municipais para o Centro Sul, e já agora convinha que esta loja municipal que dizem que querem fazer, se é verdade ou não que prevêem abrir para ali, para depois deslocalizá-la para o Centro Sul. E portanto o problema é que a Câmara Municipal não percebe que a grande questão está na deslocalização constante que promovem dos Serviços. E mais, relativamente à Loja do Cidadão nós apoiamos todas as iniciativas, há uma coisa em que não estamos disponíveis, é para embrulhar os problemas em papel de ofício como esta maioria comunista faz, porque o que esta maioria comunista conseguiu até hoje relativamente à Loja do Cidadão foi perder as verbas do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e até hoje não tem uma proposta válida, estudada com projecto relativamente à instalação da Loja do Cidadão no Centro de Almada. E por isso, com esta maioria comunista, toda a desertificação do Centro de Almada continuará exactamente como está, porque a terra pensada foi exactamente assim, mas foi tão amada, tão amada que não percebe que o coração da Cidade devia bater mais forte e não o faz.-----

Gostaria também em termos telegráficos dizer como não temos uma visão sectária relativamente às propostas em função do grupo que as representa, votaremos favoravelmente a Moção apresentada pela CDU relativa à Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, e relativamente à Moção do Novo Aeroporto de Lisboa e desenvolvimento regional, devemos dizer o seguinte, a Moção é inócua, é uma Moção que com certeza não tem problema nenhum de apoiar, embora confunda aqui coisas que são básicas, é que na construção do Novo Aeroporto a TAP não tem nada a ver, é que a TAP é a companhia aérea que opera os aviões, não tem nada a ver com a construção do aeroporto, porque no aeroporto não vão só aviões da TAP, aviões também de outras companhias aéreas inclusive companhias aéreas portuguesas. Mas relevando-lhe essa falta de rigor naturalmente que acabaremos por aprovar.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Agora relativamente ao Roteiro Local para as Alterações Climáticas é pena que seja, saúdo a bancada da CDU trazer esta questão, é muito importante que esta questão seja trazida à Assembleia Municipal, penso porém que o Sr. Vereador da Mobilidade tinha a obrigação de trazer esta questão ao plenário da Assembleia Municipal para uma discussão mais cuidada, mas saúdo que tenha sido a CDU a substituir-se ao Executivo Camarário.-----

Por fim, relativamente à Vídeovigilância no MST, favoráveis à existência de vídeovigilância dentro do quadro legal que existe, e se o quadro legal não está a ser cumprido nós naturalmente que achamos que deve ser averiguado e cumprido integralmente."-----

5.5.22 - O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Só para deixar um ponto na minha intervenção inicial, lamentavelmente esqueci-me de me referir à Loja do Cidadão. Ao terceiro ponto da Moção/Deliberação de Apoio ao Desenvolvimento das Actividades Económicas, o Comércio Tradicional. Como é sabido e tem sido recorrentemente aqui explicitado, o PSD está totalmente empenhado de acordo em que seja criado em Almada uma Loja do Cidadão, nomeadamente uma Loja do Cidadão de Segunda Geração, e sabemos perfeitamente quais são as responsabilidades das entidades que gerem esta matéria. Sabemos perfeitamente que em primeira análise, a agência para a modernização administrativa terá a sua responsabilidade de enfim maioritária, mas o que não podemos deixar aqui dito é que de facto e independentemente de reconhecermos que tem sido aqui ventilado nesta Assembleia por parte da Câmara e por parte inclusivamente da CDU, um empenhamento relativamente à criação da Loja do Cidadão o que é certo é que se calhar algum empenhamento, alguma força maior da parte da autarquia era devida para que esta loja fosse uma realidade. E tanto que assim é que as lojas que tivemos conhecimento que foram solicitadas e pedidas posteriormente à de Almada, já estão efectivamente no terreno. É uma questão que não queremos fazer bandeira política dela. O apelo que o PSD faz é que de facto se criem todas as condições por parte da Autarquia e por parte das entidades competentes, começo por dizer que apelo também que o Partido Socialista interfira junto da Agência Administrativa para que a Loja do Cidadão seja criada em Almada, porque de facto trata-se de um instituto importante que seja aqui criado, e será certamente um Pólo dinamizador também do Comércio Local e das actividades económicas locais. Tanto mais que como temos conhecimento e seguramente não acontecerá noutras áreas, em Almada há até a oferta de instalações, há até a disposição de certas entidades de suportarem durante um determinado tempo a não cobrança de renda mensal, portanto eu penso que estão criadas as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

condições, vontade da Câmara vontade do comércio local, vontade dos investimentos locais para que de uma forma mais rápida possível a Loja do Cidadão seja uma realidade."-----

5.5.23 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Queríamos dizer à bancada da CDU que a nossa dúvida relativamente sobre se a videovigilância está ou não a ser cumprida tem a ver com o facto de a MTS não constar do Registo Público da Comissão Nacional de Protecção de Dados que está no Portal on line. E portanto questionamos, já para não dizer que os avisos que eles têm afixados estão incompletos e não se lêem. Não servem para muita coisa.-----

Depois queria dizer que relativamente à Moção do PSD sobre o Comércio em Almada, nós vamos abster-nos nesta Moção porque consideramos que o problema que está a ser vivido em Almada não é culpa só da Câmara também é do Governo e portanto não podemos votar isto a favor. Não vamos votar a favor a Moção da CDU sobre isto porque consideramos que é pura propaganda eleitoral em período de pré campanha e portanto também não podemos votá-la favoravelmente. Queríamos pedir à CDU se pudesse explicar bem o que é a tal zona 10 do Aeroporto. Já percebemos que é entre 18 e 25, mas tem umas medidas que são excessivas e que a gente não consegue perceber muito bem, é a ignorância. Portanto se pudessem explicar um bocadinho melhor. De qualquer maneira vamos votar a favor.-----

Queria pedir ao PS que na Moção sobre a transferência dos bens sobre jurisdição portuária nós pudéssemos votar isto por pontos, nomeadamente o primeiro ponto separado dos outros três, porque queremos votar a favor os três últimos e queremos votar contra o primeiro. Porque concordando com a desafecção do domínio público da jurisdição portuária já não percebemos muito bem o que é que o Decreto-Lei diz ou pretende dizer relativamente às parcerias de gestão e portanto este ponto não podemos votar favoravelmente."-----

5.5.24 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Queria acrescentar algo mais sobre a Loja do Cidadão. Este é um processo iniciado em 2003, tem inúmeras diligências, reuniões com Ministros, com a entidade coordenadora, com a Agência directamente responsável, etc., portanto vou abreviar. Há duas propostas feitas a pedido da entidade coordenadora no sentido de nós indicarmos edifícios públicos. Nós indicamos o edifício da EDP, indicamos o edifício das Estradas de Portugal, mas também indicamos na área do Centro Comercial M Bica como possibilidade, aliás isto veio dos comerciantes em determinado momento. A última nota que eu tenho sobre isto é um convite que fizemos, depois de nos ser dito que a loja tem que ter entre 1500 a 1800 m², apenas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

existem 1000 m² no Centro Comercial M Bica, um pedido para que haja uma visita ao local da parte da Missão, porque agora é já outra entidade, tem havido várias, de modo a que in loco seja avaliada a situação.-----

Nós não estamos distraídos nem de modo nenhum a considerar este um processo menor, pelo contrário. É um processo importante e é neste ponto que as coisas estão. Mas nós já fizemos este pedido em Abril, de qualquer modo continuamos a conversar e a fazer diligências para que in loco o assunto seja avaliado. É a última nota que posso dar mais actual sobre isto."-----

5.5.25 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas uma nota. Eu amanhã porque tenho acompanhado este processo da Loja do Cidadão, eu amanhã dizia, distribuirei aos Srs. Deputados Municipais todas as iniciativas, e procedimentos que foram feitos desde 2003 até Abril.-----

Sr.^a Deputada Helena Oliveira, dizer que relativamente ao Aeroporto e depois há vários círculos, sucessivos círculos, e esse circulo é o circulo 10, é aquele que vai dos 9 aos 25 km a partir do centro. Ou seja, onde está o Novo Aeroporto de Lisboa. E por isso são medidas preventivas mas que são consideradas excessivas por impedirem tudo."-----

5.6 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----

5.6.1 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, sobre Apoio e Desenvolvimento das Actividades Económicas (Comércio Tradicional), foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezasseis votos contra (de eleitos do PS inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, e do PSD inclusive o representante do Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e duas abstenções (de eleitos do BE).-----

5.6.2 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais, sobre Comércio de Almada - defender o emprego de proximidade e promover a segurança, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezasseis votos a favor (de eleitos do PS inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, e do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

PSD inclusive o representante do Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e duas abstenções (de eleitos do BE).-----

- 5.6.3 - A Moção/Saudação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Hernâni Magalhães, Pelo 10º aniversário da criação da Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.6.4 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Francisco Guerreiro, sobre Amianto na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.6.5 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, sobre O Novo Aeroporto de Lisboa e o desenvolvimento regional e nacional, foi aprovada por unanimidade.----
- 5.6.6 - A Moção/Saudação, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho, sobre À realização em Almada da Conferência Internacional "Roteiro Local para as Alterações Climáticas: Mobilizar, Planear e Agir", foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.6.7 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre Vídeovigilância no MST, foi aprovada por unanimidade, não tendo exercido o direito de voto o Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida por considerar existir incompatibilidade.-----
- 5.6.8 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre A transparência na gestão autárquica e o direito à informação, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda) e dezoito votos a favor (de eleitos do PS inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD inclusive o representante do Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica e do BE).-----
- 5.6.9 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves, sobre SIADAP, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda) e dezoito votos a favor (de eleitos do PS inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD inclusive o representante do Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica e do BE).-----
- 5.6.10 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes, sobre Prioridades do Município de Almada para a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, foi rejeitada por maioria com vinte e quatro votos contra (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda e do BE), nove votos a favor (de eleitos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do PS inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria) e sete abstenções (de eleitos do PSD inclusive o representante do Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----

5.6.10.1 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes.-----

5.6.10.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Presidente não vamos acolher a proposta do BE porque uma proposta é indissociável da outra, ou seja, só faz sentido solicitar à Câmara informação adicional se o Município tiver o interesse de princípio de que as áreas possam vir a ser transferidas para o Estado, nesse sentido não iremos acolher o pedido."-----

5.6.11 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, sobre Transferência dominial de bens sob jurisdição portuária para o Município de Almada, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos de CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezasseis votos a favor (de eleitos do PS inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, e do PSD inclusive o representante do Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e duas abstenções (de eleitos do BE).-----

5.7 - Usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos para uma informação à Assembleia .----

5.7.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Só para informar que a CDU vai entregar na Mesa da Assembleia uma declaração de voto sobre a Moção do SIADAP."-----

"Declaração de Voto-----

O Grupo Municipal da CDU votou contra a Moção/Deliberação apresentada pelo Grupo Municipal do PS, sobre a aplicação do SIADAP, por considerá-la uma enorme hipocrisia política e intelectual.-----

Com efeito a referida Moção baralha assuntos, finge ignorar a complexidade na aplicação de várias legislações e despachos interpretativos de um sistema de avaliação imposto pelo Governo do PS, injusto e discricionário, nomeadamente pela fixação de quotas.-----

O Grupo Municipal do PS sabe, ou devia saber que, a aplicação da opção gestora não é feita com base na atribuição de pontos, mas sim das notações; sabe que é a lei do PS, e não a Câmara Municipal de Almada, que permite que os trabalhadores possam estar no limite dez anos sem alteração da sua posição remuneratória e seguramente sabe que a Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal de Almada cumprirá a circular da DGAL de 27 de Fevereiro de 2009 que altera a primeira informação de 1 ponto para os anos de 2004 e 2005, para 2 pontos.-----

Sobre o Edital 28/2009 e a exigência para a sua revogação é fingir ignorar que decorre da Lei a publicação em Edital da distribuição das verbas de despesas com os trabalhadores, logo que aprovado o Orçamento do Município; por outro lado a referência ao ponto 3 do Edital e a exigência da sua retirada é não perceber (?) que ele deixa em aberto a possibilidade de em momento posterior, findo o processo de avaliação de 2008 e feita a aplicação da opção gestonária se proceda à alteração (não revogação) do Edital.-----

Mas a Moção do PS assume um ponto alto da hipocrisia e demagogia política, quando pretende responsabilizar a Câmara Municipal de Almada pelas dificuldades em que vivem a grande parte das famílias portuguesas, em particular os funcionários públicos da Administração Central, Regional e Local.-----

Os responsáveis do PS em Almada zelosos defensores das políticas seguidas pelo Governo do seu partido, apoiantes inequívocos das piores alterações à legislação laboral, dos direitos sociais e políticos da esmagadora maioria dos portugueses, da manutenção de salários e pensões de miséria, do ataque aos Serviços Públicos e funções sociais do Estado, aos pequenos e médios empresários, enfim, os que deixam o País e o povo nas piores condições desde o 25 de Abril de 1974, os que em Almada manipulam, deturpam e mentem, na tentativa de ganhar votos dos menos informados e com desonestidade política e intelectual pretendem responsabilizar a gestão da CDU no Concelho de Almada, pelas dificuldades reais do povo de Almada e quiçá do País, merecendo, por isso, a nossa reprovação."-----

6 – Considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se no dia 30 de Junho a segunda reunião.-----

7 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

7.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr.^a Sandra Carvalho (Agência Lusa); Sr.^a Susana Mendes e o Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada) e de quarenta e dois Srs. Munícipes.-----

9 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; António Pedro Roque da Visitação Oliveira; António Francisco Salgueiro; António José de Sousa Matos.-----

10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 30 de Junho de 2009.-----

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____